

Veteranos largam na frente e desafiam novos nomes na Alego

Com 28 deputados estaduais tentando permanecer na Casa, candidatos de Aparecida, Rio Verde e do Entorno lutam para ampliar a representação regional.

Página 12

Tempo de TV pode definir os rumos da disputa pelo Governo de Goiás

Com a maior coligação, Daniel Vilela terá 50% do horário eleitoral gratuito, enquanto Marconi Perillo e Wilder Moraes terão que apostar em estratégias diferentes para compensar o menor espaço.

Páginas 10 e 11

Depois da Copa, piora o nível técnico do futebol brasileiro

Jogadores e comissões técnicas aparentam maior preocupação em pressionar a arbitragem e pedir cartões do que em manter o fluxo do jogo.

Página 16

TRIBUNA DO PLANALTO



Ano 40 • Nº 1.857 • R\$ 2
Goiânia, de 09 a 15 de agosto de 2026

Entrevista

Alexandre Azevedo
Professor de Direito Eleitoral

Justiça Eleitoral se prepara para guerra contra deepfakes



Professor de Direito Eleitoral Alexandre Azevedo afirma que o uso massivo de inteligência artificial deve transformar as deepfakes no principal foco das ações judiciais durante a campanha eleitoral de 2026.

Páginas 4 e 5

Goiânia

Prefeitura libera via lateral do viaduto da Leste-Oeste

A pista no sentido Centro/Setor Esplanada dos Anicuns e Jardim Leblon foi aberta antes mesmo da conclusão total da obra.

Página 13



Eleições 2026

Daniel Vilela é lançado à reeleição com maior aliança política de Goiás

Com 12 partidos, apoio de 227 prefeitos e convenção que reuniu 15 mil pessoas, governador defende continuidade do projeto transformador iniciado por Ronaldo Caiado.

Página 7

ESCOLA

Goiás perde liderança no Ideb e Goiânia alcança 2º lugar entre as capitais

Foto: Divulgação/Seduc



Estado registra os melhores resultados de sua série histórica, mas deixa o topo do ranking nacional.

Página 14

Eleições 2026

"Igreja por igreja"

Escolha de Luiz do Carmo para a vice de Daniel Vilela leva o eleitorado evangélico ao centro da chapa, mas influência religiosa não significa transferência automática de votos

Página 8



Editorial

20 anos da Lei Maria da Penha

Vinte anos depois de sua promulgação, a Lei Maria da Penha não precisa mais provar sua importância. Ela mudou a forma como o Brasil enxerga a violência contra a mulher, rompeu o silêncio que durante décadas protegeu agressores e estabeleceu que o Estado tem o dever de intervir onde antes imperava a omissão. É, sem dúvida, uma das legislações mais relevantes já produzidas pelo país. Mas seu aniversário não pode ser apenas motivo de celebração. Deve servir, sobretudo, como um chamado à responsabilidade.

Os avanços são evidentes. A violência doméstica deixou de ser tratada como um problema privado, novas formas de agressão passaram a ser reconhecidas e milhares de mulheres encontraram respaldo legal para denunciar e buscar proteção. A lei evoluiu, foi aperfeiçoada e consolidou uma rede de enfrentamento que simplesmente não existia há duas décadas.

Entretanto, o Brasil continua falhando onde mais importa: na preservação da vida. O feminicídio segue fazendo vítimas em números inaceitáveis, enquanto medidas protetivas são descumpridas, estruturas públicas permanecem sobrecarregadas e mulheres ainda enfrentam demora, despreparo e, não raramente, descrédito ao procurar ajuda. Uma lei, por mais avançada que seja, perde parte de sua força quando sua aplicação encontra barreiras na falta de estrutura, de fiscalização e de compromisso institucional.

Em Goiás, os dados escancaram essa contradição. O Estado comemora a redução de diversos indicadores de criminalidade, mas não consegue conter o crime mais cruel de todos: o feminicídio. Enquanto praticamente todas as modalidades de violência apresentam queda, mulheres continuam sendo assassinadas por razões de gênero, e esse tipo de crime, inclusive, registrou aumento. Não há política de segurança pública plenamente bem-sucedida quando metade da população ainda corre risco dentro da própria casa.

A Lei Maria da Penha continua sendo um instrumento indispensável. O que falta não é legislação; é efetividade. É preciso ampliar a estrutura de atendimento, garantir o cumprimento rigoroso das medidas protetivas, capacitar permanentemente os agentes públicos e investir em educação para romper o ciclo da violência. Vinte anos depois, o maior desafio já não é criar direitos, mas fazer com que eles saiam do papel. Enquanto o feminicídio continuar crescendo, qualquer comemoração estará, inevitavelmente, incompleta.

Artigo

Justiça carioca “sanciona” o excludente de ilicitude

Uma das aberrações jurídicas que o ex-ministro Sérgio Moro tentou criar em sua breve passagem pelo governo Bolsonaro foi tentar instituir o chamado excludente de ilicitude. Por meio do dispositivo, se assegurava a impunidade de policiais que matassem uma pessoa motivados apenas por engano, medo, surpresa ou violenta emoção. Assim, se você estivesse com um guarda-chuva e um policial atirasse por achar que era um fuzil, o problema era todo seu.

A proposta do Sérgio Moro era uma completa distorção da lógica de justiça universal. Evidentemente, em se falando de Brasil, sabemos que no “mundo real” não existe, para uma parcela da população brasileira. Contudo, estamos cientes de que a existência dos dispositivos legais pode ser utilizada para se tentar garantir um mínimo de justiça.

Se legalmente o excludente de ilicitude, ainda não passou, seus fundamentos, ao que parece, já estão bem estruturados. Um bom exemplo

está na batalha do lutador Sílvio José da Silva em obter uma reparação. O lutador foi preso injustamente e condenado por meio de um sistema de investigação viciado, tanto que o STJ anulou o processo.

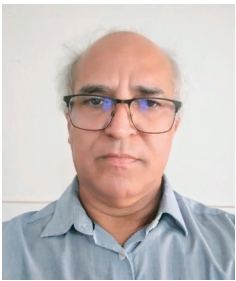
Diante dessa decisão, é justo que uma pessoa que amargou prejuízos, solicitasse reparação. Pesquisas da Universidade de Nova Iorque demonstraram que a prisão de um pai de família pode afetar em até duas gerações dessa família.

Para além do erro processual e que foi devida-

mente anulado pelo STF, diria que há pelo menos dois outros problemas. Pela matéria do GloboNews o processo foi viciado. Porém, a notícia destaca que várias pessoas que participaram da investigação e da condenação, agora são figuras proeminentes. Logo, a anulação do processo respingaria sobre suas reputações.

Um outro problema é que o Sílvio Pantera, como era conhecido, é um homem negro. E nesta condição, o racismo institucional opera sem

dó. O negro ainda é aquele que nunca pode acessar a justiça.



Dijaci David de Oliveira
é professor da Faculdade de Ciências Sociais (UFG), da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criminalidade e Violência (Necrivi) e da Rede Brasileira de Pesquisas e Estudos sobre Desaparecimentos.

Artigo

O que significa ser pai hoje

Ser pai nunca foi simples, mas talvez nunca tenha sido tão desafiador quanto agora. Vivemos um tempo inédito, com até cinco gerações convivendo ao mesmo tempo, separadas por uma tecnologia que aproxima quem está distante e afasta quem está por perto. Em mais de vinte anos de consultório, vejo crianças e adolescentes cada vez mais isolados, sozinhos, muitas vezes tristes, e pais que, com toda a boa vontade, admitem não saber por onde começar.

O maior engano da paternidade moderna é confundir provisão com presença. Muitos homens se dedicam intensamente ao trabalho acreditando que, ao garantir conforto e oportunidades, estão cumprindo seu papel. Mas nenhum sucesso fora de casa compensa a ausência dentro dela. E não falo apenas do pai que viaja ou trabalha demais, falo do pai que está no mesmo sofá que o filho, com os olhos presos na tela do celular. Podemos chamar esse fenômeno de abandono virtual, e ele talvez seja a forma mais comum de negligência dos nossos dias.

Ser pai hoje é, antes de tudo, estar presente de verdade. É olhar nos olhos, ter tempo sem pressa, conhecer os medos e os sonhos de cada filho. É abençoar com palavras, dizer em voz alta o que admiramos neles, e não apenas apontar o que precisam corrigir. É posicionar-se, impor limites com afeto, entender que a neutralidade, tão útil em outras áreas da vida, na criação dos filhos costuma ser apenas outro nome para omissão.

É também preparar, e não apenas proteger. Num mundo de satisfação imediata, uma das maiores heranças que um pai pode deixar é ensinar o filho a lidar com a frustração, a esperar, a ouvir um “não”. Quem não aprende isso em casa sofre com ele lá fora. E isso não se faz sozinho: criar bem é tarefa de parceria, com a mãe e toda a rede de afeto ao redor da criança.

Ser pai também é pensar no que deixamos. Não na herança, os bens que se gastam e se dividem, mas no legado: o caráter, os valores e os exemplos que permanecem em quem nossos filhos se tor-

nam. O maior patrimônio de um filho é a pessoa que ele será.

E há uma verdade que gostaria que todo pai entendesse: nunca é tarde para mudar. A forma de criar pode ser revista, ajustada e reaprendida em qualquer fase da vida. Reconhecer um erro não é fraqueza, é o primeiro passo para reconstruir vínculos.

Não existe pai perfeito, e essa cobrança só nos paralisa. Existe o pai possível, aquele que erra, aprende e recomeça. Neste Dia dos Pais, mais do que uma homenagem, fica um convite: troque a culpa pela presença. Seus filhos não precisam de um pai impecável. Precisam de um pai por perto.



Fausto Flor Carvalho
é pediatra, psicanalista e autor de “Bom pai, mau pai” e “Pai sem sacrifício”



Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais

Tribunadoplanalto
 @Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Bola de Fogo

A disputa por uma cadeira na Assembleia Legislativa terá um candidato chamado Bola de Fogo. O nome aparece na lista proporcional do PT homologada em Goiás. Em eleição, sobrenome político ajuda.

Mick Jagger petista

Também na nominata petista está Walcy Vieira, o “Mick Jagger”. A referência ao vocalista dos Rolling Stones aparece na própria relação divulgada após a convenção. Resta saber se, na campanha, vai pedir voto com a mesma desenvoltura de quem pede “Satisfaction”. Com todo o respeito, claro.

Zé do Caixão

Na Federação PSOL-Rede, um dos nomes para deputado estadual chama atenção: Zé do Caixão. O apelido remete imediatamente ao personagem eternizado pelo cineasta José Mojica Marins, que nos deixou em 2020.

Casa de carnes

O PT terá ainda Jailson da Casa de Carnes na corrida pela Alego. É um daqueles nomes de urna que dispensam apresentação e entregam, de saída, a relação do candidato com sua base.

Zé Camelo

Para deputado federal, o Podemos apresenta Zé Camelo. O nome está entre os 15 escolhidos pelo partido para disputar uma das 17 vagas de Goiás na Câmara. É outro caso em que o nome de urna pode falar mais alto que a própria campanha.

Candidato ou homônimo?

Uma curiosidade na lista do Novo é Gabriela Pugliesi, candidata a deputada federal. O nome é idêntico ao da conhecida influenciadora digital. Antes de qualquer associação, porém, vale a regra básica: homônimo não é biografia.

Sessenta é o teto

Uma chapa proporcional completa em Goiás pode reunir até 60 candidatos: 42 para deputado estadual e 18 para federal. É o máximo permitido porque o Estado elege 41 deputados estaduais e 17 federais, e a legislação autoriza partidos e federações a registrar o número de vagas em disputa mais um.

Chapa cheia

PL e Novo aparecem em levantamento feito pela Tribuna do Planalto com a lotação máxima das duas nominatas. São 42 candidatos à Assembleia Legislativa e 18 à Câmara dos Deputados para cada legenda, 60 nomes por partido. Não sobrou espaço.



As convenções passaram. Os problemas, não

O prazo para as convenções terminou na quarta-feira (5) e, em Goiás, quase tudo o que precisava entrar em ata entrou. Daniel Vilela confirmou Luiz do Carmo na vice. Wilder Moraes fechou com Ana Paula Rezende. Luis Cesar Bueno tem Carlos Mundim. Marconi Perillo reabriu a convenção do PSDB-Cidadania para anunciar Jacqueline Zaiden. As chapas ganharam forma. A política, nem tanto.

Daniel saiu do Centro de Convenções com a maior coalizão e também com o problema mais sofisticado. A base homologou quatro candidaturas ao Senado para duas vagas: Gracinha Caiado, Gustavo Mendanha, Vanderlan Cardoso e Zacharias Calil. Em algum momento, prefeitos, deputados e lideranças vão querer saber quem pede voto para quem, mas já na convenção sinais de desgastes foram percebidos.

Mendanha foi o único dos quatro candidatos da base que não discursou na convenção e permaneceu no meio do público, fora do palanque. Interlocutores do ex-prefeito atribuíram a decisão a um incômodo de Vanderlan com o espaço dado ao adversário. Em entrevista à coluna Giro do jornal O Popular, Vanderlan Cardoso disse que Mendanha agia com vitimismo.

A escolha de Luiz do Carmo encerrou outra novela e abriu a primeira conta pós-convenção. José Mário Schreiner voltou nesta quinta-feira (6) à presidência da Faeg após ficar fora da chapa. Ao comentar o desfecho, deixou uma frase calculada: “Na política, muitas vezes, projetos pessoais ficam acima de projetos de Estado”. Não rompeu, mas também não fingiu que nada aconteceu.

A movimentação teve efeito do outro lado. Antes de fechar com Jacqueline Zaiden, Marconi tentou uma composição com Zé Mário. O próprio ex-governador confirmou a conversa, assim como Jacqueline. O episódio mostra que insatisfações produzidas dentro de um grupo já começaram a ser exploradas pelos adversários.

No PL, a convenção resolveu o desenho que durante meses pareceu improvável. Wilder encabeça a chapa, Ana Paula é vice e Gustavo Gayer e Oséias Varão disputam o Senado. O conflito entre Wilder e o grupo de Gayer foi abafado no palco. Resta saber se a trégua sobreviverá à campanha, quando fundo eleitoral, agendas e prioridade política deixam de ser abstrações.

A esquerda também chegou ao fim do prazo com Luis Cesar Bueno no governo e Carlos Mundim na vice. Mais do que montar a chapa, será preciso dar unidade e musculatura a um palanque que começou a corrida atrás dos três principais adversários.

Até 15 de agosto, os partidos ainda têm a etapa dos registros. Mas a fase das decisões públicas terminou. Daqui em diante, os problemas serão menos sobre nomes em atas e mais sobre convivência, dinheiro, prioridade e voto. As convenções acabaram. A campanha começa justamente onde os consensos terminaram.

Quatro a menos

A Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PCdoB e PV, aparece com 56 candidatos proporcionais: 38 estaduais e 18 federais. A chapa para Brasília está completa. Para a Alego, ficaram quatro posições abaixo do limite.

Podemos deixa oito vagas abertas

O Podemos aparece com 52 nomes no levantamento, sendo 37 candidatos a deputado estadual e 15 a federal. Se o quadro permanecer assim até o encerramento dos registros, a legenda terá deixado cinco espaços na chapa estadual e três na federal.

Onze abaixo do teto

PSOL e Rede formaram uma nominata ainda menor. A federação aparece com 49 candidatos, 33 para a Alego e 16 para a Câmara. São 11 posições abaixo das 60 que poderiam ser ocupadas.

Brasília mais concorrida

Um detalhe chama atenção nas chapas já levantadas. Mesmo partidos e federações que não preencheram toda a nominata estadual chegaram perto do limite para deputado federal. A Federação Brasil da Esperança ocupou as 18 vagas possíveis para a Câmara, enquanto deixou quatro espaços entre os estaduais.

Plano B

Ex-prefeito de Formosa e ex-aliado de Ronaldo Caiado (PSD), Ernesto Roller foi confirmado nesta sexta-feira (7) como candidato ao Senado na chapa de Marconi Perillo (PSDB). O tucanato recorreu a Roller depois de não conseguir atrair um nome da base governista para a majoritária.

Até o último minuto

A definição veio dois dias depois da convenção. Até as últimas horas, lideranças tucanas ainda apostavam numa eventual insatisfação de Gustavo Mendanha (PRD) com a base de Daniel Vilela (MDB) e na possibilidade de levá-lo para a chapa de Marconi. Mendanha permaneceu no grupo governista. A vaga, então, ficou com Roller.

Entrevista

Alexandre Azevedo

Professor de Direito Eleitoral

“Deepfakes serão o grande mote dos processos eleitorais em 2026”

Professor de Direito Eleitoral Alexandre Azevedo afirma que o uso massivo de inteligência artificial deve transformar as deepfakes no principal foco das ações judiciais durante a campanha eleitoral de 2026

A campanha eleitoral de 2026 será a primeira marcada pelo uso massivo da inteligência artificial. Em entrevista à Tribuna do Planalto, o professor de Direito Eleitoral Alexandre Azevedo analisa como a Justiça Eleitoral se prepara para enfrentar a desinformação, explica as regras para o uso da IA, alerta sobre os riscos das deepfakes, comenta as punições para candidatos que desrespeitarem a legislação e fala sobre os desafios para preservar a credibilidade das eleições brasileiras.

» Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

A desinformação continua sendo um dos maiores desafios das eleições. Como a Justiça Eleitoral e os tribunais regionais eleitorais estão se preparando para enfrentar esse problema?

ALEXANDRE AZEVEDO

Desde que surgiu dessa onda, primeiro, chamada de fake news, e agora, mais adequadamente, de desinformação, tem buscado meios para o combate, principalmente naquilo que tange ao processo eleitoral, à lisura do processo eleitoral. E a partir disso, são feitas campanhas educativas para demonstrar todas as camadas de segurança que o nosso sistema eletrônico de votação possui. Um outro parâmetro dessas campanhas diz respeito aos candidatos, aos ataques aos candidatos. Nesse sentido, a Justiça Eleitoral julga os pedidos de retirada de vídeos com desinformação, ou com conteúdo falso, ou descontextualizados para permitir ou até impor que esses candidatos tenham responsabilidade com aquilo que estão colocando na rede ou na sua propaganda eleitoral. Além de garantir para o prejudicado, sendo assim pedido, o chamado direito de resposta.

Essa resposta da Justiça Eleitoral ocorre em tempo hábil? Porque até que seja julgada e retirada do ar, essa informa-

ção já circulou o suficiente para prejudicar o candidato.

Infelizmente, vale aquele ditado, que a mentira vai a galope, enquanto a verdade vai a passos lentos. Infelizmente, isso pode acontecer. Mas a Justiça Eleitoral tem se preparado. Nós temos situações de decisões liminares, decisões de pronto cumprimento, exatamente para tentar ao máximo diminuir ou coibir esse tipo de conduta. Nem sempre vai chegar em tempo hábil, mas a luta da Justiça Eleitoral e também dos próprios candidatos, dos advogados, é para que isso chegue o mais breve possível, e o eleitor não seja influenciado por essas campanhas desinformativas.



Eu posso cravar, com uma margem de acerto razoável, que as deepfakes serão o grande mote dos processos eleitorais.

E quais são as situações mais recorrentes denunciadas na Justiça Eleitoral?

São condutas ofensivas aos candidatos, palavras na propaganda descontextualizadas. Isso chega muito para a Justiça Eleitoral. Só que neste ano talvez haja uma mudança de parâmetro, porque nós vamos ter na primeira vez uma situação de utilização de IA massiva. Nós temos visto a possibilidade de fazer vídeos e outras ferramentas de marketing com o uso de IA. E isso pode causar uma certa preocupação, principalmente com o uso da deepfake. Para essa eleição, eu posso cravar aqui, com uma margem de acerto razoável, que a deepfake ou essas situações fakes é o que serão o grande mote dos processos eleitorais que serão julgados pela Justiça Eleitoral.

Existe uma regra específica para o uso de IA? Houve recentemente a utilização de um vídeo criado por IA do ex-presidente Jair Bolsonaro na convenção do PL, que gerou contestações. Já há uma normativa sobre esse tema?

A questão do Flávio Bolsonaro é que aquele conteúdo foi utilizado na convenção partidária. Não era algo para o público externo, por assim dizer. Pelo menos essa é a defesa. Ainda não foi totalmente julgado, porque ainda vai se julgar o mérito da ação, para decidir se aquilo foi vedado ou não. Mas o que diz a normativa? A norma diz que é proibida a deepfake, ainda que haja a autorização da pessoa, viva ou morta. Vamos imaginar que a pessoa mor-

ta não vai autorizar, evidente, mas os parentes dele autorizando, isso não é possível. A questão que se está ali discutindo naquele processo é a do momento em que foi feito e a finalidade para a qual foi feita. Na norma fala que é proibido para a campanha eleitoral. A defesa deve dizer que não se trata de campanha eleitoral, mas de convenção eleitoral.

A Justiça Eleitoral age por provocação, nos casos de uso de IA ela passa a ter uma ação de ofício, sem provocação?

A justiça eleitoral é um ramo bem específico do Poder Judiciário que permite atuar no chamado poder de polícia. Isto é, ela vai agir de ofício sem que haja a provocação. O ideal é que os candidatos façam a provocação à Justiça Eleitoral para coibir esse tipo de situação. Agora, quando se trata de conteúdo feito com desinformação relativamente à segurança das urnas, à segurança da votação eletrônica e à lisura do pleito e das instituições, a Justiça Eleitoral poderá agir de ofício. É o chamado poder de polícia.

Tanto no caso de desinformação quanto no caso do uso de inteligência artificial, quais as consequências para o candidato?

O uso da inteligência artificial não é vedado. Tem algumas situações em que se veda, principalmente na questão do deepfake e de desinformação. Eu posso utilizar a ferramenta de IA, um vídeo de IA, desde que não seja deepfake, e coloque ali a informação clara para o

eleitor de que se trata de uma propaganda feita, ainda que parcialmente, por IA. A utilização dela de forma indevida poderá resultar em uma sanção de multa apenas, e dependendo da gravidade, da gradação, poderá resultar em abuso do poder, tanto político, econômico e dos meios de comunicação social. E, nesses casos, cassa-se tanto o registro do candidato, se ainda na eleição, ou o diploma, se ele for eleito, e ainda o torna inelegível por oito anos.

Existe alguma preparação específica do TRE Goiás para as eleições deste ano em relação às eleições anteriores?

A preparação da Justiça Eleitoral, de certo modo, é perene. A Justiça Eleitoral tem a situação dos juízes auxiliares que cuidam da propaganda eleitoral, também uma equipe trabalhando com isso, e o desenvolvimento de uma ferramenta de inteligência artificial para identificar essas campanhas desinformatórias.

Em Goiás existe algum desafio particular na organização do pleito, seja pelo número de eleitores, extensão territorial ou logística, como ocorre por exemplo no Amazonas?

Existe uma preparação específica principalmente para o atendimento da população quilombola, na região de Cavalcante. Há uma operação até com utilização de helicópteros para que a urna possa chegar ali com segurança e voltar com segurança e os eleitores tendo toda a liberdade para exercer a sua cidadania.



A mentira vai a galope, enquanto a verdade vai a passos lentos.

De que forma o portal DivulgaCand Contas fortalece o controle social sobre as eleições?

Primeiro que o eleitor pode consultar, entrar no site, na internet, dar um Google e DivulgaCand Contas, e ele vai verificar ali a lista de todos os candidatos por partido no Brasil inteiro. Ele pode entrar ali no Estado de Goiás, verificar quem são os candidatos e, de repente, ver algum candidato inelegível. Então, o eleitor pode fazer a chamada denúncia de inelegibilidade. Além disso, o eleitor pode verificar alguma conduta irregular, alguma propaganda eleitoral irregular e utilizar o aplicativo Pardal. Em outra situação específica do DivulgaCand Contas, ele pode verificar os gastos que os candidatos estão declarando à Justiça Eleitoral e denunciar os gastos ilícitos, os gastos ilegais.

Se eu, por exemplo, sofrer uma tentativa de cooptação, para trocar voto por gasolina ou por alguma outra coisa, posso denunciar onde?

Pode denunciar através do Pardal, do aplicativo, e também indo até o Ministério Público Eleitoral mais próximo e fazendo essa denúncia.

Quais são os principais erros cometidos por candidatos durante a pré-campanha e a campanha?

Acho que o principal erro é a questão contábil, de registro dos seus gastos. Eu acho que isso aí é o mais comum.

As propagandas hoje são mais digitais e o principal veículo das campanhas é o WhatsApp. Como a Justiça Eleitoral tem acesso a esse conteúdo?

Através de denúncias dos próprios candidatos. Nesse caso, os candidatos precisam ajuizar uma ação para que a Justiça Eleitoral possa executar um controle.

No caso, a Justiça Eleitoral não sai buscando conversas no WhatsApp, vai precisar de ações das pessoas prejudicadas. E têm aumentado as denúncias de campanhas digitais?

Sim, mas na campanha digital não há vedação além da-

queas normais. O fato de ser digital em si não significa um aumento de irregularidade.

E com relação aos influenciadores digitais e impulsionamento de conteúdo? Existe regulamento próprio para a utilização dessas ferramentas?

Sim, o digital influenciar não pode fazer propaganda eleitoral paga na internet. Todas essas pessoas que forem fazer propaganda pagas estão cometendo irregularidade, ilícito. E o candidato beneficiado, que estiver pagando, poderá sofrer várias sanções, inclusive inelegibilidade. O impulsionamento é permitido apenas na própria rede do candidato, nas próprias redes sociais dele.

As eleições de 2026 serão acompanhadas por missões nacionais e internacionais de observação. Qual a importância dessa iniciativa para a credibilidade do processo eleitoral brasileiro?

Exatamente a transparência. Mostrar que a Justiça Eleitoral não tem medo de mostrar como o nosso sistema funciona. É evidente, não se aceitando missões que já venham para cá, como um caso que foi noticiado na imprensa, com a finalidade de cooptar jornalistas para criar uma situação de campanha de desinformação sobre o sistema eleitoral.



A utilização indevida da inteligência artificial pode resultar até na inelegibilidade do candidato por oito anos.

Vimos recentemente uma retomada da campanha contra as urnas eletrônicas. Há ambiente para uma campanha difamatória como aconteceu nas eleições de 2018 e 2022?

Infelizmente há setores na política que pegaram a crítica, não só a crítica, mas as falsidades, a campanha desinformação sobre a segurança do nosso sistema como uma plataforma de campanha, transformaram o combate à urna eletrônica como uma platafor-

ma política. Infelizmente é isso que a gente tem visto.

Mas desde 2018 o TSE vem fazendo campanhas de esclarecimento sobre as urnas eletrônicas. Em 2026, as pessoas continuam sujeitas a esse tipo de apelo ou elas estão mais esclarecidas?

O grande problema é que muitas dessas pessoas partidárias confundem as duas coisas, confundem a paixão partidária com a segurança das urnas. Se o meu candidato ganha, OK, funcionou, é seguro; se o meu candidato perde, foi fraude. Isso é o maior desafio que a nossa sociedade enfrenta, distinguir: não é porque o seu candidato perdeu, não é porque a sua proposta enquanto candidato não foi aceita pela maioria da população que significa que houve fraude. Há necessidade de se fazer essa autocritica - os candidatos e os próprios partidários - de verificar que não é porque perdeu que teve fraude, pode ter perdido porque não conseguiu conquistar o maior número de eleitores.

O senhor disse que o maior problema dos candidatos é a contabilidade. Quais são as principais vantagens do novo sistema Conta+JE, que substituiu SPCA?

O fato de ser online agora, essa é a maior mudança, modificação que teve.

E isso facilita o trabalho da Justiça Eleitoral?

Facilita tanto o trabalho da Justiça

Eleitoral quanto o trabalho dos contadores e contabilistas.

Quais são as irregularidades mais comuns encontradas nas prestações de contas?

Vai desde falta de recibos válidos ou a contratação sem contratos formalizados.

Qual será o maior desafio da Justiça Eleitoral nas eleições de 2006? É tecnologia, desinformação ou fiscalização das campanhas?

Eu acho que as três, mas principalmente para essa, o desafio, sempre, é combater a desinformação. Eu acho que esse é o maior desafio. Com relação a fazer a eleição em si, a Justiça Eleitoral já está bastante tarimbada nisso. Tem 94 anos já fazendo eleições, e faz eleições de forma segura e de forma ágil. Agora, a campanha de desinformação, essa a gente tem que estar sempre em alerta.



Eleições 2026

Uso irregular de IA

pode levar à cassação de candidaturas

Advogado especialista em IA explica que conteúdos falsificados e manipulados, especialmente vídeos, fotos e áudios, estarão na mira da Justiça Eleitoral a partir do início da propaganda

» Carla Borges

O uso irregular de inteligência artificial na campanha eleitoral pode levar à cassação do registro de candidatura ou até do mandato do candidato eleito. A menos de duas semanas do início da propaganda eleitoral, marcado para 16 de agosto, especialistas recomendam cautela na utilização de ferramentas como avatares e chatbots, e alertam para a proibição do uso de deepfakes, já que as novas regras da Justiça Eleitoral impõem limites à produção e à divulgação de conteúdos sintéticos.

As normas constam da Resolução nº 23.610/2019 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualizada para as eleições deste ano. Entre as principais proibições, está a produção ou divulgação de deepfakes para favorecer ou prejudicar candidaturas, ainda que a pessoa cuja imagem ou voz tenha sido utilizada tenha autorizado o uso.

Segundo o advogado Rafael Maciel, sócio e head de Inteligência Artificial e Proteção de Dados do Lara Martins Advogados, a preocupação da Justiça Eleitoral vai além da falsidade do conteúdo.

“A produção ou divulgação de conteúdo em deepfake com a intenção de difamar uma pessoa ou outro candidato, ou de difundir fatos a seu favor que sejam notoriamente inverídicos ou descontextualizados, pode configurar abuso de poder político pelo uso indevido dos meios de comunicação”, afirma. Deepfake é uma técnica de IA que cria ou altera vídeos, fotos e áudios para falsificar rostos e vozes humanas. A palavra junta os

termos deep learning (aprendizado profundo) e fake (falso). Ela simula situações e falas que nunca aconteceram

Rafael Maciel explica que a punição pode ser severa. “A conduta pode acarretar até a cassação do registro de candidatura ou do mandato, sem prejuízo da apuração de responsabilidades penais, com possibilidade de detenção de dois meses a um ano e multa, quando os fatos forem sabidamente inverídicos.”

Além de proibir o uso de deepfakes para manipular o debate eleitoral, a resolução determina que conteúdos produzidos ou significativamente alterados por inteligência artificial sejam identificados de forma clara. Nos áudios, o aviso deve aparecer logo no início da reprodução. Imagens precisam conter marca d'água e audiodescrição. Já os vídeos devem reunir as formas de identificação exigidas para áudio e imagem.

As exigências não alcançam alterações destinadas apenas à melhoria da qualidade do som ou da imagem nem elementos gráficos de campanha, como logomarcas, vinhetas e identidade visual.

Avatares

Outra novidade das eleições deste ano é a regulamentação do uso de avatares e chatbots. Essas ferramentas

poderão ser utilizadas para atender eleitores e responder dúvidas sobre programas de governo, desde que não reproduzam uma pessoa real. Um personagem fictício, um robô ou um mascote digital, por exemplo, podem desempenhar essa função.

“O uso de avatares e chatbots é permitido pela resolução do Tribunal Superior Eleitoral, desde que não seja utilizada uma pessoa natural nem se tente simular uma pessoa real, um ser humano. Colocar um robzinho para responder às perguntas do eleitor sobre o programa de governo ou um bichinho como mascote da campanha, por exemplo, não tem nenhum tipo de proibição”, explica Maciel.

Já a reprodução do próprio candidato por inteligência artificial permanece vedada. “O candidato não pode usar um avatar próprio para conversar com o eleitor nem utilizar uma imagem real para divulgar um vídeo do qual não tenha participado.” Para o advogado, esse é um dos pontos mais discutidos da regulamentação. “Esse ponto está sujeito a críticas, porque se trata muito mais de uma proibição do meio do que do conteúdo em si, que deveria ser o foco principal.”

Apesar disso, ele recomenda cautela. “Ainda há muita discussão, mas, por responsabilidade e cautela, até mesmo diante do risco de configuração de abuso de poder político e de perda do registro da candidatura ou do mandato, a orientação é não utilizar a inteligência artificial para simular o próprio candidato, um concorrente ou pessoas reais.”



Uso irregular de inteligência artificial pode levar à cassação de candidaturas nas eleições de 2026

Justiça Eleitoral terá de acompanhar o avanço das novas tecnologias

Além das campanhas, a própria Justiça Eleitoral terá o desafio de acompanhar o avanço das novas tecnologias. Segundo Maciel, a identificação de conteúdos manipulados exige conhecimento técnico e dificilmente poderá ser feita apenas pela análise visual.

“A Justiça Eleitoral, como qualquer aparato técnico, não tem condições de combater plenamente as deepfakes. A identificação do que é deepfake demanda questões técnicas”, argumenta.

Para reduzir esse problema, o TSE prevê parcerias com universidades, institutos especializados e plataformas digitais para acelerar a identificação de conteúdos sintéticos e a remoção de publicações irregulares.

“Na Justiça Eleitoral, essa demora pode ser fatal em termos de candidatura e de equilíbrio do processo democrático”, afirma. Ainda assim, o especialista avalia que a velocidade continuará sendo o principal obstáculo. “O principal desafio para a fiscalização está no próprio funcionamento do sistema judiciário, necessário para garantir o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. É muito difícil que esse sistema consiga caminhar e combater as irregularidades com a mesma velocidade com que a tecnologia é produzida e difundida.”

Segundo ele, a tendência é que justamente os conteúdos produzidos para desinformar circulem sem qualquer identificação de que

foram gerados por inteligência artificial.

“O conteúdo produzido para desinformar dificilmente virá acompanhado de um aviso de que foi criado por inteligência artificial. Por isso, a capacidade técnica de identificação será fundamental durante a campanha.”

Ônus da prova

Nas investigações sobre o uso irregular de inteligência artificial, a acusação deverá apresentar elementos mínimos que indiquem a existência de manipulação do conteúdo. A partir daí, a documentação produzida pelas campanhas poderá ser utilizada para demonstrar de que forma a inteligência artificial foi empregada.

“No caso da prova sobre o conteúdo falso, ela deve ser minimamente produzida por quem faz a acusação. O Tribunal Eleitoral não pode iniciar um procedimento exigindo que a pessoa prove que o conteúdo não é falso, partindo do pressuposto de que o vídeo já foi alterado”, explica.

De acordo com Maciel, é justamente por isso que a Justiça Eleitoral vem ampliando a cooperação com universidades, institutos de pesquisa, peritos e plataformas digitais. “Fazem todo o sentido os convênios e as trocas de informações com institutos de pesquisa, faculdades, peritos e até mesmo com as plataformas, para que seja possível obter elementos mínimos para a acusação.”

A resolução também estabelece restrições nos dias que antecedem a votação. Nas 72 horas anteriores ao pleito e nas 24 horas posteriores ao encerramento da votação, fica proibida a publicação, a republicação e o impulsionamento de novos conteúdos sintéticos que utilizem imagem, voz ou manifestação de candidatos ou de pessoas públicas, ainda que estejam devidamente identificados.

As campanhas também devem observar as regras aplicáveis aos influenciadores digitais. A manifestação espontânea de eleitores nas redes sociais continua permitida, mas a contratação ou remuneração para divulgação de propaganda político-eleitoral em perfis pessoais permanece proibida.

Eleições 2026

Daniel Vilela é lançado à reeleição com maior aliança política de Goiás

Com 12 partidos, apoio de 227 prefeitos e convenção que reuniu 15 mil pessoas, governador defende continuidade do projeto transformador iniciado por Ronaldo Caiado



Daniel Vilela é lançado à reeleição com maior aliança política de Goiás em convenção que reuniu 15 mil pessoas

» Da Redação

Em meio a uma presença maciça de apoiadores, o governador Daniel Vilela (MDB) oficializou, nesta quarta-feira (5/8), sua candidatura à reeleição ao governo de Goiás. A convenção da coligação Pra Goiás Seguir em Frente lotou o Centro de Convenções de Goiânia, ao reunir 15 mil pessoas, entre lideranças políticas, prefeitos, deputados federais e estaduais, candidatos e representantes dos 12 partidos que compõem a maior aliança formada para a disputa estadual de 2026, além de apoiadores em geral. Ao se dirigir, emocionado ao grande público, Daniel firmou seu compromisso com o futuro de Goiás.

“O povo goiano não quer e não vai andar para trás, ao tempo de violência e da corrupção que conseguimos superar. Não vou permitir que Goiás retroceda um milímetro sequer das conquistas que alcançamos”, declarou Daniel. Educação, programas sociais e boa gestão, assegurou o governador, continuarão como prioridades. “Ninguém quer perder essas conquistas; pelo contrário. Vamos avançar ainda mais na direção de um futuro seguro para Goiás”, declarou Daniel Vilela. “É hora de irmos para as ruas, de ocuparmos as redes. É hora de mos-

trar a Goiás tudo que fizemos e o que ainda vamos fazer”.

Área que tornou Goiás referência nacional, a segurança pública continuará recebendo foco total, garantiu Daniel. “Futuro seguro é ter um Estado cada dia mais vigilante e atuante contra o crime. A vida do bandido está ruim e vai ficar cada dia mais difícil. vocês podem ter certeza: vai continuar valendo nosso mandamento governamental. Ou bandido muda de profissão, ou muda de Estado”, afirmou. A inovação tecnológica também é componente de destaque em seu plano de governo. “Futuro seguro é conectar ainda mais Goiás aos mercados internacionais, atraindo novos investimentos. Inovação e Inteligência Artificial que vão consolidar Goiás como o maior centro de desenvolvimento de IA na América Latina”.

Ao projetar os próximos anos, o governador destacou investimentos em inovação, saúde, educação, proteção às mulheres e geração de empregos mais qualificados. “Goiás tem espaço para crescer muito mais, para ser um Estado ainda mais rico e com melhor renda para todos. E é isso que vamos fazer”, afirmou. Daniel também se comprometeu a ampliar a regionalização da saúde, implantar o novo Hugo, criar o Hospital da

Mulher e fortalecer programas que mantenham os jovens na escola e abram novas oportunidades. “Agora é hora de dar o próximo passo. É hora de construir um futuro ainda melhor”.

O governador demonstrou confiança na experiência acumulada e se emocionou ao lembrar o pai, o ex-governador Maguito Vilela. “Quem conhece a estrada não se perde no caminho. Eu conheço cada obra em andamento, cada município, cada problema, cada dificuldade e cada potencialidade do nosso Estado”, disse. Em seguida, reafirmou o compromisso pessoal com Goiás: “Vou honrar os ensinamentos do meu pai. Vou honrar o legado do governador Ronaldo Caiado. E, acima de tudo, vou honrar cada goiana e cada goiano, trabalhando todos os dias para que Goiás siga em frente”.

A convenção confirmou o ex-senador Luiz do Carmo (PSD) como candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Daniel Vilela. “Fui deputado por dois mandatos e continuei o mandato de senador no lugar do Ronaldo Caiado. Andei por quase todos os municípios goianos, visitei praticamente todas as cidades”, recordou. “Hoje eu agradeço aqui a Daniel e Caiado por terem me convidado para estar nessa chapa. Eu não sou homem de resultado incerto, eu

quero resultado! Vou de cidade em cidade, de igreja em igreja. Vamos ganhar no primeiro turno”, afirmou Luiz do Carmo.

A primeira-dama, Iara Vilela, agradeceu todas as demonstrações de apoio a Daniel. “Eu sei do desafio que tem um governador. Mas percorrendo diariamente durante esses 4 meses, como primeira-dama, tive a certeza que estamos no caminho certo”, disse Iara. “O povo goiano sabe reconhecer o que deu certo; as conquistas que vieram por meio de muito trabalho. O povo goiano não quer retroceder, e o legado que Gracinha e Caiado construíram, nós temos que fortalecer e levar em frente. Estamos todos juntos”, destacou.

Deferência

Daniel Vilela fez um reconhecimento aos sete anos de trabalho aos seus antecessores, ex-governador Ronaldo Caiado (União Brasil) e ex-primeira-dama Gracinha Caiado (União Brasil). Candidato à presidência da República, Ronaldo Caiado reforçou seu apoio à candidatura de Daniel. “É algo lindo, inédito numa convenção, a presença de milhares de pessoas, outras tantas do lado de fora, ocupando a rua na frente. Sem dúvida alguma, tinha que ter sido no Serra Dourada essa grande convenção, Daniel, que consolida o quanto o povo reconhe-

ce o nosso trabalho”, declarou Caiado. “Daniel trabalhou ao meu lado o tempo todo e foi preparado para ser o melhor governador do Brasil”, frisou o ex-governador de Goiás.

Também oficializada como candidata ao Senado, Gracinha afirmou que Goiás tornou-se um exemplo para o País e que isso vai continuar, por meio da parceria que seguirá com o governador Daniel Vilela. “Esse jovem preparado que vai seguir transformando o nosso estado, continuar o trabalho ao lado de Ronaldo, esse homem que tanto me orgulho. O único candidato a presidente que já aprovou na prática, que sabe entregar, o único no Brasil aprovado com 88% pela população do seu estado”, destacou Gracinha.

Também foram homologadas as candidaturas de Gustavo Mendanha (PRD), Zacharias Calil (MDB) e Vanderlan Cardoso (PSD) ao Senado. “Essa é uma convenção que vai ficar na história do nosso estado de Goiás. Nós não vamos fazer de conta não. Vamos pedir apoio, voto, defendendo o projeto de Goiás”, declarou Vanderlan Cardoso. “Agradeço Daniel Vilela por ter me dado essa oportunidade de ser um candidato ao Senado. O MDB é um partido forte, que começou com o saudoso Iris Rezende e Maguito Vilela”, recordou Calil.

Sondagem

Daniel Vilela lidera com 45,8%, mostra Directa Pesquisa

O governador Daniel Vilela (MDB) lidera de forma isolada a intenção de voto para o Palácio das Esmeraldas, registrando 45,8%, no cenário estimulado, segundo levantamento do Directa Pesquisa divulgado nesta quarta-feira (5/8). O emedebista aparece 21,3 pontos percentuais à frente do segundo colocado, Marconi Perillo (PSDB), que pontua 24,5%. Considerando apenas os votos válidos, o governador

venceria já no primeiro turno com 52,8%.

Na sequência da pesquisa estimulada, Wilder Moraes (PL) figura com 13,1%; Luis César Bueno (PT), registra 2,9% e Telêmaco Brandão (Novo) tem 0,5%. Entre os eleitores consultados, 3% declararam voto nulo e 9,4% não souberam ou preferiram não opinar.

A pesquisa espontânea, quando os nomes não são apresentados aos entrevistados,

Daniel Vilela mantém a liderança com 25,1% das citações. Marconi Perillo ocupa a segunda posição com 12,5%, seguido por Wilder Moraes que figura em terceiro lugar com 8,2%. Na sequência estão Adriana Accorsi (PT) com 3,2%, Ronaldo Caiado (PSD) com 2,1% e Luis César Bueno 1,2%.

Crescimento

A liderança do emedebista ganha mais força quando cruzada com o dado

de rejeição. Daniel Vilela apresenta uma das menores resistências entre o eleitorado goiano com 6,5%. No extremo oposto, Marconi Perillo lidera o ranking de rejeição da pesquisa, com 23,8% dos eleitores que afirmam não votar no tucano de jeito nenhum.

No quesito rejeição, em segundo lugar está Luis César Bueno com 15,6%, seguido por Wilder Moraes com 8,7%. Telêmaco Brandão registra 2,8% de resistência. O

levantamento aponta ainda que 32,1% dos entrevistados declararam não rejeitar nenhum dos nomes apresentados, enquanto 4,3% rejeitam todos e 6,2% não souberam responder ou não opinaram.

A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (03062/2026) e ouviu 2 mil eleitores em 46 municípios goianos. A margem de erro é de 2,19 pontos para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Eleições 2026

“Igreja por igreja”

Escolha de Luiz do Carmo para a vice de Daniel Vilela leva o eleitorado evangélico ao centro da chapa, mas influência religiosa não significa transferência automática de votos

» Domingos Ketelbey

“Só Deus para fazer isso na minha vida.” Ainda sob o impacto de uma disputa que atravessou meses de bastidores, Luiz do Carmo (PSD) pegou o microfone no palco do Centro de Convenções de Goiânia já como candidato a vice-governador. Ao lado do governador Daniel Vilela (MDB), do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) e de dezenas de aliados, falou por menos de dois minutos. Deus apareceu primeiro. Depois vieram o currículo, a promessa de resultado e o roteiro que pretende seguir até outubro: “cidade por cidade, igreja por igreja, rua por rua”.

Luiz chegou à chapa depois de uma pré-campanha marcada por tensão, sobretudo nas últimas semanas. No páreo estavam José Mário Schreiner, presidente licenciado da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), e Adriano Rocha Lima, ex-secretário-geral da Governadoria, primo de Caiado e integrante do núcleo mais próximo do ex-governador.

Na reta final, Luiz carregava um ativo que os demais não ofereciam da mesma maneira: uma ligação orgânica com uma das estruturas religiosas mais capilarizadas de Goiás, além da garantia de lealdade, que trataria a função como “missão”, garantindo que não iria à reeleição em 2030.

Um terço do eleitorado

Evangélico, o ex-senador é irmão do bispo Oídes José do Carmo, presidente da Convenção Estadual dos Ministros Evangélicos das Assembleias de Deus em Goiás, a Conemad-GO, e integrante da direção nacional do Ministério de Madureira. Oídes também comanda o campo de Campinas, em Goiânia, e mantém trânsito político antigo.

Os números ajudam a explicar o cálculo. Segundo o Censo de 2022, 32,6% dos goianos com 10 anos ou mais se declaram evangélicos, percentual superior à média brasileira. Não significa voto uniforme, mas coloca o segmento no centro de qualquer estratégia majoritária competitiva em Goiás.



Foi sobre esse contingente que Luiz falou meses antes de ser escolhido vice. Em entrevista à Tribuna do Planalto, ainda durante a movimentação interna pela vaga, fez questão de separar igreja e eleitor. “Nós somos trinta e poucos por cento da população. Nós podemos votar e ser votados. Eu não estou falando de igreja, estou falando de cidadão evangélico.”

Logo depois, porém, reconheceu a força que enxerga quando há convergência: “Hoje na majoritária nós temos muita força. Se nós unirmos realmente, nós mudamos uma eleição majoritária.”

A palavra decisiva é “se”. O eleitor evangélico tem peso numérico, presença territorial e estruturas capazes de levar uma mensagem da capital aos menores municípios. Mas não constitui um partido e tampouco se comporta como bloco homogêneo.

Ninguém é dono do voto

A eleição deste ano já oferece um exemplo. Oséias Varão, vereador por Goiânia, pastor e candidato ao Senado pelo PL, pertence à Assembleia de Deus e reconhece o peso do segmento na escolha de Luiz. “O voto evangélico hoje é fundamental, tanto que o Daniel escolheu um vice porque é do segmento evangélico, da minha igreja inclusive, Assembleia de Deus”, disse à Tribuna.

Ao mesmo tempo que congrega na mesma igreja que o vice de Daniel, vai apoiar o principal adversário do emedebista: o senador Wilder Moraes (PL). Na mesma conversa, estabeleceu o limite dessa influência. “Ninguém é dono de ninguém.” Para Varão, os

pastores possuem respeito entre os membros, mas isso não significa capacidade de determinar o voto de cada fiel.

Igreja organizada oferece rede, linguagem comum, confiança entre lideranças e presença territorial onde partidos muitas vezes não chegam com a mesma eficiência. Isso é capilaridade. Não é propriedade sobre o voto.

Para o professor e especialista em marketing político Marcos Marinho, esse foi um dos cálculos centrais da escolha. Embora o voto evangélico não caminhe em uníssono, a estrutura formada por igrejas, congregações, células e grupos facilita a circulação da mensagem política. “Você tem condição de fazer volume, principalmente pela capilaridade”, avalia. Na leitura dele, Daniel e Caiado também podem ter considerado que o agronegócio, principal ativo de José Mário, já estava mais próximo da base e poderia ser reforçado pela própria candidatura presidencial de Caiado.

Marinho enxerga ainda uma segunda camada: 2030. Luiz do Carmo tem repetido que não pretende usar a vice como trampolim para uma candidatura ao governo daqui a quatro anos. Trata o posto como uma “missão” e garante que não disputará a sucessão. A declaração conversa com um bastidor recorrente na base: o de que Caiado pode querer preservar espaço para um eventual retorno ao Palácio das Esmeraldas.

O professor, doutor e pesquisador de ciências políticas e da religião Mackchwell Coimbra também vê uma decisão de caráter pragmático. Para ele, movimentos em direção a grupos específicos não servem apenas para conqui-

tar novos apoios, mas para evitar distanciamento de segmentos já consolidados. “Isso não significa que o voto evangélico seja automaticamente transferido por uma liderança religiosa”, pondera.

Coimbra lembra que o eleitor evangélico também decide a partir da economia, segurança, avaliação de governo e identificação ideológica. A diferença está na capacidade de mobilização. Em uma disputa equilibrada, uma rede com forte presença social e institucional pode fazer diferença sem controlar a totalidade dos votos.

Uma escolha de cálculo

No caso de Luiz, a identidade religiosa se soma a uma trajetória construída muito antes da atual composição. Foi deputado estadual por dois mandatos e chegou ao Senado como suplente de Caiado, assumindo a cadeira após a eleição do então senador ao Governo de Goiás.

Ao discursar na convenção, fez questão de lembrar esse caminho. “Eu fui deputado estadual por dois mandatos e continuei o mandato de senador do Ronaldo Caiado”, afirmou, antes de se definir como “homem de resultados”. Mas foi a igreja que apareceu no roteiro de campanha.

Daniel lidera uma aliança ampla, sustentada por prefeitos, parlamentares e partidos, mas disputa uma eleição em que o campo conservador também é cobijado pelo PL. Ter na vice um nome com entrada

na Assembleia de Deus amplia a capacidade da chapa de disputar um eleitor que poderia gravitar com mais intensidade em torno do bolsonarismo.

Isso não significa que Luiz carregará consigo o voto assembleiano. Significa que Daniel e Caiado colocaram na chapa um interlocutor com legitimidade para disputar esse espaço.

A escolha encerrou também uma pré-campanha pessoal iniciada meses antes. Luiz visitou lideranças, defendeu sua capacidade de agregar o segmento religioso e apresentou o voto evangélico como elemento de uma equação majoritária. Venceu uma disputa que não foi decidida apenas pela religião, mas seria difícil explicar o resultado ignorando-a.

A conta que vai além do altar

A unidade, porém, não está garantida. Oséias está no PL. Luiz está com Daniel. Outras lideranças estarão espalhadas por diferentes candidaturas, inclusive a de Marconi Perillo. Dentro dos templos haverá eleitores de direita, centro e esquerda, além daqueles que ouvirão suas lideranças e votarão de maneira diferente.

A influência religiosa não precisa produzir unanimidade para ser eleitoralmente relevante. Em uma eleição equilibrada, organização, acesso e capacidade de mobilização podem representar um diferencial.

No palco da convenção, a euforia transformou meses de articulação numa frase curta. “Só Deus para fazer isso na minha vida”, disse. Politicamente, porém, a escolha passou por uma conta bem mais terrena. A engenharia da fé pesa, amplia capilaridade e abre portas, mas não controla a urna. Entre o púlpito e o voto, ainda existe o eleitor.



Eleições 2026

Convenções fecham tabuleiro com cinco candidatos ao Governo

Daniel Vilela, Marconi Perillo, Wilder Moraes, Luis Cesar Bueno e Luciana Amorim saem do período de convenções com candidaturas homologadas

» Lucas de Godoi

Com o encerramento das convenções partidárias, a disputa pelo Governo de Goiás ganhou a configuração que deve chegar às urnas em outubro. Cinco candidaturas foram homologadas pelos partidos: o governador Daniel Vilela (MDB), o ex-governador Marconi Perillo (PSDB), o senador Wilder Moraes (PL), o ex-deputado estadual Luis Cesar Bueno (PT) e a professora Luciana Amorim (UP). O primeiro turno está marcado para 4 de outubro. Os partidos ainda têm até 15 de agosto para apresentar os registros à Justiça Eleitoral.

Ao confirmar nomes já colocados na pré-campanha, as convenções encerraram meses de negociações sobre alianças, candidatos a vice, palanques para a eleição presidencial e composição das chapas ao Senado. O resultado é uma eleição que reúne três candidaturas com maior presença nas pesquisas divulgadas até agora, uma frente de esquerda ligada ao governo federal e uma candidatura da Unidade Popular.

Daniel Vilela inicia a campanha eleitoral como candidato à reeleição e à frente da

maior composição partidária da disputa. O emedebista assumiu definitivamente o Governo de Goiás em março, após a desincompatibilização de Ronaldo Caiado (PSD) para concorrer à Presidência da República, e foi homologado pela coligação “Pra Goiás Seguir em Frente”. Luiz do Carmo (PSD), ex-senador e ligado à Assembleia de Deus, foi escolhido para a vice depois de uma disputa interna que também envolveu o ex-secretário-geral de Governo Adriano da Rocha Lima e o ex-deputado federal José Mário Schreiner.

A candidatura governista reúne 12 partidos e chega ao início da campanha sustentada por uma estrutura municipal que, segundo a própria coligação, conta com o apoio de 227 dos 246 prefeitos goianos. MDB, PSD, Republicanos, Podemos, Avante, Mobiliza, Agir e Democracia Cristã integram o grupo, ao lado da Federação União Progressista, formada por União Brasil e Progressistas, e da Federação Renovação Solidária, composta por PRD e Solidariedade.

No outro polo de uma disputa que remonta às últimas décadas da política goiana, Marconi Perillo foi confirmado pela Federação PSDB-Cidadania e tenta retornar ao Palácio das



Disputa deverá ser marcada pelo peso da máquina estadual, antigos grupos políticos e palanques nacionais

Esmeraldas oito anos depois de deixar o governo. Governador em quatro mandatos, o tucano chega à quinta candidatura ao cargo e pretende transformar a campanha em uma comparação entre os resultados de suas administrações e os governos que o sucederam.

A chapa tucana será completada pela empresária e produtora rural Jacqueline Zaiden. Ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Rio Verde, ela amplia a presença da chapa no Sudoeste goiano e estabelece uma ponte com o setor produtivo e o agronegócio. O Cidadania indicou Iure Castro para a disputa ao Senado.

O senador Wilder Moraes, por sua vez, foi homologado pelo PL em chapa com Ana Paula Rezende. Filha do ex-go-

vernador e ex-prefeito de Goiânia Iris Rezende, ela protagonizou um dos movimentos de maior repercussão da pré-campanha ao deixar o campo político historicamente associado ao MDB e ingressar no partido de Jair Bolsonaro. A composição dá a Wilder uma candidata a vice com sobrenome fortemente associado à história política do Estado justamente na disputa contra Daniel, herdeiro de outra das principais tradições do MDB goiano.

O PL também procura nacionalizar parte da campanha. Wilder mantém sua candidatura ligada ao campo bolsonarista e à candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro. Na convenção, o partido homologou Gustavo Gayer e Oséias Varão para as duas vagas de senador.

Pela esquerda, o ex-deputado estadual Luis Cesar Bueno encabeça a chapa articulada pela Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PCdoB e PV. O advogado Carlos Mundim, do PDT, foi indicado para vice. A frente reúne ainda PSB e Federação PSOL-Rede e procura estabelecer em Goiás um palanque ligado ao governo federal.

A composição foi resultado de negociações que atravessaram a pré-campanha. Além da candidatura ao governo, o grupo definiu Isaura Lemos (PSB) e Cíntia Dias (Federação PSOL-Rede) para a disputa ao Senado. No campo proporcional, cada partido ou federação seguirá com suas próprias listas para Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

A quinta candidatura homologada é a da professora Luciana Amorim, pela Unidade Popular. Caymmi Henrique foi definido como candidato a vice-governador. A chapa representa o segmento mais à esquerda entre as opções colocadas para o Palácio das Esmeraldas.

O encerramento das convenções também dá início a uma nova etapa na disputa, que terá no dia 16 de agosto o início oficial da propaganda eleitoral, com confronto que passa a ser diretamente pelo eleitor.

Base governista aposta em capilaridade para largar na frente

O principal ativo político de Daniel Vilela no começo da campanha não está apenas no Palácio das Esmeraldas. A coligação governista entra na eleição com uma estrutura que alcança praticamente todo o mapa de Goiás e afirma reunir 227 dos 246 prefeitos do Estado, além de

deputados federais, estaduais, vereadores e lideranças das legendas que formam o bloco.

A amplitude da aliança permite à campanha distribuir candidaturas proporcionais e lideranças por diferentes regiões enquanto Daniel procura vincular sua imagem à continuidade do ciclo iniciado por

Ronaldo Caiado em 2019. O governador assumiu o cargo em março e, portanto, terá poucos meses de gestão própria antes de se apresentar às urnas.

A definição de Luiz do Carmo para vice também procurou acomodar um segmento relevante da base. Ex-senador e irmão do bispo

Oídes do Carmo, ele amplia a interlocução da chapa com o eleitorado evangélico e mantém o PSD, partido de Caiado, formalmente representado na composição majoritária.

A força dessa estrutura será testada contra adversários que procuram transformar justamente a concentração de

poder político em argumento de campanha. Na pesquisa Genial/Quaest divulgada no fim de julho, Daniel aparecia com 37% das intenções de voto, seguido por Marconi, com 21%, e Wilder, com 11%. Pesquisa é um retrato do período em que foi realizada e os números ainda antecederam a campanha oficial.

Marconi e Wilder disputam espaço na oposição; esquerda busca palanque próprio

Se Daniel Vilela conseguiu concentrar a maior parte dos partidos e prefeitos em torno de sua candidatura, a oposição chega ao início da campanha dividida em projetos distintos.

Marconi Perillo procura recuperar o eleitor que acompanhou suas quatro passagens pelo Governo de Goiás e adotou como uma das linhas

de campanha o chamado “voto de comparação”. O tucano pretende confrontar obras, programas e indicadores de seus governos com os resultados das administrações posteriores.

Wilder Moraes tenta ocupar outro espaço ao apostar na identificação com o eleitorado de direita e no palanque nacional bolsonarista, com o reforço da chapa com

um componente da política tradicional de Goiás, a vice Ana Paula Rezende. A combinação permite ao PL apresentar uma chapa que dialoga simultaneamente com o bolsonarismo e com a memória política de Iris Rezende.

A existência das duas candidaturas coloca Marconi e Wilder também em uma disputa interna pela condição de

principal adversário do governo antes de um eventual segundo turno. Os levantamentos publicados durante a pré-campanha apontaram Daniel à frente e os dois concorrentes na sequência, embora com distâncias diferentes conforme o instituto e a metodologia.

Luis Cesar Bueno tenta construir um caminho fora dessa polarização, em um

projeto para formar palanque para o presidente Lula buscar o quarto mandato na Presidência da República. Sua candidatura garante ao PT e aos demais partidos da Frente Democrática um palanque próprio em Goiás e permite que o grupo associe a disputa estadual à campanha presidencial. Luciana Amorim, por sua vez, representa a Unidade Popular.

Daniel deve ficar com quase metade do tempo da propaganda de rádio e televisão

Projeção feita a partir das alianças definidas nas convenções garante a Luis Cesar a segunda maior fatia, seguido por Wilder e Marconi

» Lucas de Godoi

A formação de uma coligação com 12 partidos dará ao governador Daniel Vilela (MDB), além da maior estrutura política entre os candidatos ao Governo de Goiás, uma vantagem importante quando a campanha chegar ao rádio e à televisão. Pelas projeções feitas a partir das alianças definidas nas convenções partidárias, Daniel deverá ocupar quase cinco minutos de cada bloco de dez minutos reservado aos candidatos ao Palácio das Esmeraldas, praticamente metade de todo o horário disponível.

A distribuição ainda não é definitiva porque os partidos têm até 15 de agosto para apresentar à Justiça Eleitoral os pedidos de registro das candidaturas e das respectivas coligações. A partir dessa data, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) reunirá partidos, federações, coligações e emissoras para elaborar o plano de mídia e estabelecer as frações exatas destinadas a cada concorrente. A legislação determina que esse procedimento seja concluído até cinco dias antes do início do horário eleitoral gratuito.

Com o desenho que saiu das convenções, porém, a diferença entre os candidatos já pode ser projetada. Daniel

deve ficar com aproximadamente 4min56 por bloco. Luis Cesar Bueno (PT), beneficiado pela composição da Federação Brasil da Esperança com PSB, Federação PSOL-Rede e PDT, aparece em seguida, com cerca de 2min27.

Wilder Morais (PL) terá aproximadamente 2 minutos, já que o peso de sua chapa está concentrado principalmente no PL, uma das maiores bancadas individuais da Câmara dos Deputados. O Novo também havia declarado apoio à candidatura do senador durante a pré-campanha. Marconi Perillo, candidato da Federação PSDB-Cidadania, deverá contar com a menor parcela entre os quatro concorrentes com acesso ao horário, em torno de 34 segundos.

A professora Luciana Amorim, candidata da Unidade Popular (UP), fica fora dessa divisão porque a legenda não atende aos requisitos constitucionais de desempenho que dão acesso aos recursos partidários e à propaganda gratuita. A cláusula de desempenho leva em consideração o resultado nacional obtido pelos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

As projeções colocam a campanha governista em posição privilegiada em uma etapa tradicionalmente importante da corrida eleitoral. Em uma única exibição de dez minutos, Daniel terá aproximadamente o dobro

do espaço de Luis Cesar, mais que o dobro de Wilder e uma presença muito superior à de Marconi.

A diferença se torna ainda mais significativa ao longo das semanas. O horário eleitoral gratuito do primeiro turno será exibido entre 28 de

agosto e 1º de outubro. O calendário foi definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e antecede o primeiro turno, marcado para 4 de outubro.

No caso da disputa pelo governo, os programas em bloco são exibidos às segundas, quartas e sextas-feiras, além das

inserções distribuídas ao longo da programação das emissoras. O resultado é que diferenças aparentemente pequenas de segundos se transformam, acumuladas durante a campanha, em uma exposição consideravelmente maior para as chapas com grandes alianças.



Daniel deve ter cerca de 4min54 por bloco, seguido por Luis Cesar Bueno, com 2min30

TV será teste para estratégias diferentes de campanha

A diferença de tempo também deverá obrigar as campanhas a adotarem estratégias distintas. Daniel terá espaço para programas mais longos, com possibilidade de combinar apresentação de propostas, realizações administrativas, depoimentos e presença de aliados em uma mesma exibição.

Luis Cesar também contará com uma faixa capaz de sustentar programas estruturados e terá o desafio de utilizar o segundo maior tempo para ampliar sua presença em uma disputa na qual PT e aliados procuram estabelecer um palanque próprio em Goiás.

Wilder terá aproximadamente 2 minutos para reforçar sua candidatura e explorar a vinculação com seu campo político nacional. Com tempo menor, Marconi enfrentará uma situação diferente daquela encontrada em suas campanhas anteriores ao governo e terá pouco mais de meio minuto em cada bloco para concentrar a mensagem eleitoral.

O tucano deverá compensar parte dessa diferença com outros meios de comunicação, especialmente internet, redes sociais, eventos e inserções ao longo da programação. O tempo reduzido nos blocos não impede a candidatura de parti-

cipar da propaganda, mas exige mensagens mais condensadas.

A televisão perdeu, ao longo dos últimos ciclos eleitorais, a exclusividade que já teve na comunicação das campanhas. Redes sociais, vídeos para internet, transmissões ao vivo e conteúdos impulsionados passaram a ocupar parcela crescente das estratégias eleitorais. Ainda assim, o horário gratuito permanece como um dos poucos instrumentos capazes de colocar todos os dias uma candidatura simultaneamente diante de grandes audiências, sobretudo entre parcelas do eleitorado menos expostas à comunicação política digital.

CANDIDATO	TEMPO PROJETADO
Daniel Vilela (MDB)	4min54
Luis Cesar Bueno (PT)	2min30
Wilder Morais (PL)	2min01
Marconi Perillo (PSDB)	34 segundos
Luciana Amorim (UP)	Sem tempo projetado

Os tempos são estimativas calculadas a partir das coligações definidas nas convenções e da representação partidária considerada para a distribuição do horário eleitoral. A divisão oficial será estabelecida pela Justiça Eleitoral.

Eleições 2026

"Alianças ampliam tempo de TV, mas não garantem vitória"

Horário eleitoral gratuito começa em 28 de agosto e terá distribuição baseada na força dos partidos na Câmara Federal

» Arthur Oliveira*

Marina Moraes é advogada eleitoralista e cientista política. Foi presidente da Comissão de Direito Eleitoral e Político da OAB-GO entre 2022 e 2024 e atualmente é diretora da Escola Superior de Advocacia (ESA) da entidade. Em entrevista à Tribuna do Planalto, Marina explica como é calculado o tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, o peso das federações e alianças partidárias e as estratégias que candidatos com menor espaço no HGPE podem adotar durante a campanha de 2026.

TRIBUNA DO PLANALTO

Como é feita a divisão do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão? Existe uma legislação específica para isso?

MARINA MORAIS

Sim. As regras estão previstas na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), além das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Do tempo total de propaganda, 10% são distribuídos igualmente entre todos os partidos que tenham candidato e atendam à cláusula de desempenho prevista na Constituição. Os outros 90% são distribuídos proporcionalmente ao número de representantes de cada partido na Câmara dos Deputados. É por isso que os partidos priorizam tanto a eleição para deputado federal. O número de deputados eleitos influencia diretamente o tempo de televisão, além do acesso aos recursos dos fundos eleitorais.

E como entram as federações partidárias nesse cálculo?

A federação funciona como um único partido durante toda a legislatura em que estiver vigente. Para efeito de propaganda eleitoral, considera-se a representação total da federação, somando os deputados dos partidos que a integram. Por exemplo, se temos uma federação formada por União Brasil e Progressistas, ou por PSDB e Cidadania, soma-se a representação dos dois partidos. Esse total

é utilizado no cálculo do tempo de propaganda.

E nas coligações para cargos majoritários, como o Governo de Goiás, a lógica é a mesma?

Não. Hoje, as coligações existem apenas para as eleições majoritárias. As chapas para deputado federal e estadual são formadas de maneira isolada pelos partidos e federações. Nas coligações majoritárias, que podem reunir dez ou 12 partidos, por exemplo, são considerados os seis partidos com maior representação na Câmara dos Deputados. Soma-se a representação dessas seis maiores legendas e esse resultado é utilizado para calcular o tempo da coligação.

Qual é, na prática, a vantagem de uma federação para os partidos, especialmente em relação ao tempo de televisão?

As federações foram pensadas como uma forma de unir forças entre os partidos e ampliar o acesso a recursos e ao tempo de televisão. Mas, na prática, considero que elas também podem trazer mais dificuldades do que facilidades. A federação é celebrada nacionalmente e precisa ser reproduzida nos níveis estaduais. Muitas vezes, o acordo feito nacionalmente não se encaixa perfeitamente na realidade política de cada estado. Os partidos também precisam reorganizar sua forma de gestão e suas estratégias de candidatura. Como a federação funciona como um único partido, também há mudanças na quantidade de candidatos que cada legenda pode lançar. Isso exige ajustes internos importantes. Então, embora exista o ganho de tempo de propaganda, há também um custo político e organizacional que precisa ser considerado.

Com o crescimento das redes sociais, o rádio e a televisão ainda têm o mesmo peso nas campanhas eleitorais?

Eu acredito que ainda têm. O caso de Jair Bolsonaro em 2018 foi um fenômeno que chamou muita atenção. Havia uma expectativa de que ele não conseguisse furar a própria bolha, mas isso aconteceu. A internet teve um papel muito importante, mas aquele resultado também precisa ser

analisado dentro do contexto político daquele momento.

A propaganda no rádio e na televisão tem uma característica diferente: ela chega de maneira passiva ao eleitor. A pessoa pode estar dirigindo, em um carro de aplicativo, almoçando em um restaurante ou com a televisão ligada em casa e acaba sendo exposta àquela propaganda. Na internet, geralmente, é preciso seguir o candidato ou receber aquele conteúdo por meio de impulsionamento. E o impulsionamento também está sujeito a regras. Além disso, os algoritmos tendem a manter as pessoas dentro de determinadas bolhas. Uma propaganda de um candidato com quem o eleitor não tem qualquer alinhamento pode ter mais dificuldade de chegar até ele.

Também é preciso considerar que pessoas acima de 60 anos e parcelas das classes C e D ainda têm forte relação com o rádio e a televisão. Como esses grupos representam uma parcela importante do eleitorado, acredito que, atualmente, rádio, televisão e internet ainda estejam relativamente equilibrados. A tendência, porém, é que a internet ganhe cada vez mais espaço.

Em Goiás, candidatos como Marconi Perillo e Wilder Moraes terão estruturas de alianças diferentes da de Daniel Vilela. As redes sociais podem ajudar a compensar um eventual menor tempo de propaganda?

Sem dúvida. As redes sociais são uma ferramenta muito potente para compensar a falta de tempo. O cenário de Goiás é específico também pelo perfil de cada candidato. O Wilder teria condições de construir mais alianças, mas me parece que faz parte do perfil do PL caminhar de forma mais independente. Ele tem o tempo de televisão garantido pela representação do partido na Câmara dos Deputados e também conta com uma militância muito forte nas redes sociais. Então, acredito que ele consiga equilibrar esses fatores. No caso do Marconi, vejo uma forma de fazer campanha mais baseada no contato direto. Ele tem lideranças no interior muito fiéis, construídas ao longo de muitos anos. Essa campanha presencial, de corpo



a corpo, me parece ser uma das estratégias que ele deve priorizar. Se não tem todo esse tempo de rádio e televisão, ele pode explorar justamente essa relação construída com lideranças municipais e com o eleitorado. Além disso, como é oposição ao governo, a internet pode oferecer mais possibilidades de comunicação, já que a propaganda eleitoral possui regras mais restritivas, inclusive em relação a ofensas e direito de resposta.

E o cenário de Daniel Vilela, que reúne uma ampla aliança partidária e terá maior tempo de propaganda, representa uma vantagem importante?

Naturalmente, existem condições que beneficiam uma candidatura. Quando uma pessoa é candidata à reeleição, por exemplo, há a avaliação do governo. No caso de Goiás, partimos de um governo de Ronaldo Caiado (PSD) que foi muito bem avaliado. Daniel também tem uma boa aliança partidária, pertence a um partido tradicional, terá muito tempo de televisão e conta com a estrutura política do grupo. Há ainda a trajetória política, o nome da família e a aprovação do governo anterior. Todos esses fatores, somados, tendem a oferecer uma vantagem competitiva. Isso não significa que a eleição esteja definida, porque uma disputa eleitoral só termina quando termina a apuração, mas são condições que naturalmente fortalecem uma candidatura.

Depois que o tempo de propaganda é dividido entre os partidos e coligações, existe uma parcela reservada para mulheres e pessoas negras?

Existe. Primeiro é feita a divisão referente às candida-

turas femininas e, depois, dentro desse resultado, é considerada a participação de candidatos negros. No caso das mulheres, o tempo deve ser proporcional ao percentual de candidaturas femininas apresentado pelo partido ou federação. Como existe a exigência de pelo menos 30% de candidaturas de cada gênero, o percentual destinado às mulheres será, no mínimo, de 30%. Se metade das candidaturas for formada por mulheres, por exemplo, metade do tempo deverá ser destinada a elas. Esse tempo não precisa ser dividido igualmente entre todas as candidatas. O partido pode concentrar uma parcela maior em uma candidata que considere mais competitiva, desde que respeite o percentual destinado às mulheres. Depois dessa divisão, verifica-se quantos candidatos homens e mulheres são negros e faz-se a distribuição proporcional do tempo destinado às candidaturas negras.

E houve alguma mudança ou novidade para a propaganda eleitoral de 2026?

Sim. Antes, a política afirmativa relacionada à distribuição do tempo de propaganda contemplava as candidaturas negras. A partir de uma consulta feita ao TSE, houve o entendimento de que essa política também poderia ser aplicada às candidaturas indígenas, e essa previsão passou a constar da resolução que regulamenta as eleições de 2026. Assim, depois da divisão por gênero, também deve ser observada a proporção de candidaturas indígenas e negras dentro de cada grupo. É uma ampliação da política afirmativa para garantir espaço de propaganda a esses candidatos.

Eleições 2026



Assembléia Legislativa de Goiás

Foto: Divulgação

Veteranos largam na frente e desafiam novos nomes na Alego

Com 28 deputados estaduais tentando permanecer na Casa, candidatos de Aparecida, Rio Verde e do Entorno lutam para ampliar a representação regional

» Carlos Nathan Sampaio

A eleição de 2026 para a Assembleia Legislativa de Goiás será marcada por uma extensa tentativa de permanência. Dos 41 deputados estaduais, ao menos 28 pretendem disputar a reeleição, o equivalente a 68% das cadeiras. Outros cinco planejam concorrer à Câmara dos Deputados, em Brasília. Na prática, 33 parlamentares estarão nas urnas em busca de um novo mandato legislativo. É diante desse bloco experiente que candidatos ligados a Aparecida de Goiânia, Rio Verde e ao Entorno do Distrito Federal tentam abrir espaço como alternativas na composição da próxima legislatura.

A lista dos que buscam continuar no Parlamento estadual reúne Anderson Teodoro, Alessandro Moreira, Amilton Filho, Antônio Gomide, Bia de Lima, Cairo Salim, Charles Bento, Coronel Adailton, Cristiano Galindo, Karlos Cabral, Cristóvão Tormin, Wilde Cambão, Dr. George Moraes, Issy Quinan, Gugu Nader, Rosângela Rezende, José Machado, Henrique César, Julio Pina, Lineu Olimpio, Major Araújo, Mauro Rubem, Paulo Cezar Martins, Rubens Marques, Talles Barreto, Veter Martins, Virmondes Cruvinel e

Vivian Naves. Já Bruno Peixoto, Lucas do Vale, Lucas Calil, Dra. Zeli e Ricardo Quirino deixam de disputar a reeleição estadual para buscar uma vaga na Câmara Federal.

A movimentação abre uma disputa que não se resume à divisão entre veteranos e estreantes. O elemento novo está, principalmente, na possibilidade de mudança dos representantes e no esforço para deslocar o centro da disputa de Goiânia para grandes colégios eleitorais do interior e da Região Metropolitana. Mas não será fácil. Nomes de Aparecida, Rio Verde e do Entorno aparecem entre os que querem transformar população, influência econômica e lideranças municipais em cadeiras no Legislativo. Os nomes escolhidos nas convenções ainda precisam ter os registros apresentados à Justiça Eleitoral, etapa posterior à homologação partidária.

Em Aparecida de Goiânia, a concorrência interna é um dos principais obstáculos. Dos vários nomes, quatro têm se destacado: o vereador Isaac Martins, o empresário Felipe Mabel e os ex-secretários Willian Panda e Vanilson Bueno. Panda, que comandou a Secretaria de Habitação e disputou a Prefeitura em 2024, tenta aproveitar a visibilidade acumulada naquela

eleição. Vanilson, ex-secretário municipal por três vezes e coordenador da campanha vitoriosa de Leandro Vilela em 2024, chega respaldado por integrantes da base governista local.

Isaac Martins disputa uma vaga na Alego pela segunda vez. Vereador em terceiro mandato, recebeu 13.726 votos para deputado estadual em 2022 e ficou na suplência. Em 2024, foi reeleito para a Câmara de Aparecida com 3.573 votos. Felipe Mabel, por sua vez, procura combinar a atividade empresarial no município com uma rede política que inclui vereadores aparecidenses. Ele afirma, ainda, que Aparecida integra o eixo central de sua campanha, ao lado da capital e de Anápolis.

Já Danilo Rios teve a candidatura a deputado estadual homologada pelo Novo. Ex-vereador e ex-presidente da Câmara de Aragoiânia, ele escolheu Aparecida como principal base eleitoral e recebeu o aval do prefeito Leandro Vilela antes de entrar na disputa. A conversa também teve relação com a presença de sua esposa, Pollyana Borges, no secretariado municipal, onde comanda a área de Meio Ambiente. Rios pretende conservar apoios em Aragoiânia e avançar sobre o eleitorado aparecidense, tornando ainda mais fragmentada a corrida local.

O número de candidaturas cria uma equação difícil para Aparecida. A cidade tem eleitorado suficiente para eleger representantes, mas a pulverização dos votos entre políticos da própria base municipal pode favorecer deputados que já chegam com atuação estadualizada. Para Panda, Vanilson, Isaac, Mabel e Danilo, o desafio não será apenas conquistar votos: será convencer o aparecidense a concentrar sua escolha em candidaturas identificadas com o município. O desempenho de cada partido e o quociente eleitoral também serão decisivos, pois votação individual elevada não garante, sozinha, uma cadeira.

Em Rio Verde, a renovação assume contornos de reorganização de grupos tradicionais. O ex-prefeito Paulo do Vale deixou a Secretaria de Governo municipal e se colocou na disputa por uma vaga estadual pelo PSD. Prefeito por dois mandatos e uma das lideranças mais influentes do Sudoeste, ele deve formar dobradinha com o filho, Lucas do Vale, deputado estadual que agora concorre à Câmara Federal. Os dois ingressaram no PSD em abril. A estratégia permite ao grupo tentar manter presença na Alego e, ao mesmo tempo, ampliar sua representação em Brasília.

O ex-presidente da Assembleia Lissauer Vieira também foi confirmado candidato a deputado estadual, agora pelo PL. Deputado por dois mandatos e produtor rural, ele retorna à disputa estadual depois de concorrer à Prefeitura de Rio Verde em 2024. Sua experiência e sua rede no agronegócio fazem dele um adversário conhecido, embora esteja fora da atual legislatura. Já a vereadora Nayara Barcelos, do Novo, tenta ocupar o espaço de renovação com uma candidatura estadual. Única mulher eleita em Rio Verde em 2024,

ela já disputou a Câmara Federal em 2014 e 2022 e construiu atuação ligada ao conservadorismo, à família, ao empreendedorismo e à recuperação de dependentes químicos.

No Entorno do Distrito Federal, dois ex-integrantes de executivos municipais apostam no discurso de representação regional. O vice-prefeito de Formosa, Ramos Somar, foi confirmado candidato a deputado estadual pelo PL. Eleito em 2024 pelo PSD, o empresário migrou para a legenda de Wilder Moraes em março de 2026 e vinculou a mudança ao projeto político do partido e do ex-presidente Jair Bolsonaro. Sua candidatura procura transformar a base formada em Formosa em alcance sobre outros municípios do Entorno Norte.

Pábio Mossoró, do MDB, faz movimento semelhante no Entorno Sul. Ex-prefeito de Valparaíso por dois mandatos, ele foi eleito e reeleito, derrotou Lêda Borges em uma das disputas municipais e ajudou a eleger Marcus Vinícius como sucessor. Agora candidato a deputado estadual, defende maior integração entre os governos de Goiás e do Distrito Federal para ampliar investimentos na região. A trajetória administrativa dá a Mossoró um ponto de partida mais robusto que o de um estreante, mas ele precisará dividir o eleitorado regional com parlamentares e lideranças que também tratam o Entorno como prioridade.

Essas candidaturas mostram que “renovação”, em 2026, não será sinônimo obrigatório de inexperiência, ao mesmo tempo em que seria importante que novos nomes, de verdade, surgissem em Goiás. A novidade, então, está na possibilidade de troca de cadeiras, na chegada de bases municipais diferentes e na ampliação da voz de regiões que cobram representação própria.

Obra

Em nova etapa de mobilidade,

Mabel libera via lateral do viaduto da Leste-Oeste

Liberação de vias laterais no viaduto sobre a Avenida Castelo Branco integra pacote de melhorias no trânsito dá mais fluidez para a região Oeste

» Da Redação

O prefeito Sandro Mabel liberou nesta sexta-feira (7/8) o primeiro trecho do viaduto da Avenida Leste-Oeste com a Avenida Castelo Branco para o tráfego de veículos. A via lateral no sentido do Centro para o Setor Esplanada dos Anicuns e Jardim Leblon foi aberta antes mesmo da conclusão total da obra.

Os serviços seguem em execução com equipes, máquinas e caminhões da própria Prefeitura de Goiânia, de modo que uma segunda via deve ser entregue em 40 dias. Além das vias laterais, estão sendo reorganizados os acessos às ruas Missionários e Consolação, a ligação com a Rua Anicuns, no sentido Trindade, e o acesso ao Bairro Rodoviário.

A intervenção foi definida após consulta pública realizada nas redes sociais do prefeito, na qual a maioria — cerca de 300 mil usuários — optou pela abertura das vias laterais como solução para melhorar a fluidez do trânsito enquanto a obra do viaduto permanece sem conclusão.

Para a liberação das vias laterais, a Seinfra realizou levantamentos essenciais sobre o terreno, níveis, dimensões da pista, declividades, interferências e demais características necessárias para definir a melhor solução de mobilidade e segurança viária. A

medida vai aliviar o fluxo nas regiões para onde o trânsito foi desviado com as obras no viaduto, como a Vila Progresso.

Em entrevista coletiva concedida na inauguração das vias, o prefeito Sandro Mabel afirmou: “Vocês podem ver que não é uma obra provisória. Vamos acabar com o transtorno do pessoal que mora na Região Oeste, que precisa fazer um desvio. Antes mesmo de o viaduto ser concluído, a via lateral já está pronta e melhor do que antes, pois havia sido projetada como uma via estreita e agora fizemos para dois carros.”

O diretor de Execução de Obras Públicas da Seinfra, Vinícius Tadeu, explica que os trabalhos foram concluídos em quatro etapas. “Primeiro, nós fizemos a relocação da rede de drenagem, seguida pela terraplenagem, e terminamos pela pavimentação com uma capa asfáltica de cinco centímetros. Por último, junto à Secretaria de Engenharia de Trânsito (SET), as sinalizações horizontal, vertical e semaforização foram instaladas. Como resultado, aumentamos a trafegabilidade e fluidez do trânsito da região.”

Conclusão do viaduto

Após descartar a necessidade de demolição do viaduto, a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (Seinfra) continua estudos e o reforço da estrutura. As obras ficaram paralisadas desde julho de 2024 até setembro de 2025, quando

o prefeito de Goiânia assinou a ordem de serviço para sua retomada. Além do investimento da última gestão, de cerca de R\$ 20 milhões na obra inacabada, a atual administração investiu mais de R\$ 16,4 milhões para readequar a construção a testes de segurança.

Ao vistoriar as obras, em junho de 2026, o prefeito enumerou os desafios enfrentados na obra. “Esse viaduto é uma via importante e existe um problema estrutural nele, tanto na ponte em si, como também nas placas que seguram o aterro. Elas precisam ser trocadas, porque não passam pelo teste de segurança.” Segundo o prefeito, especialistas em engenharia definiram a solução técnica que garantirá segurança para a recuperação da obra.

O processo envolveu novo laudo técnico para apontar as condições estruturais da obra. A adequação implicou ainda a desapropriação de áreas adjacentes ao elevado e pode envolver, eventualmente, a rescisão do contrato de uma empresa responsável pela execução do viaduto e nova licitação.

O prefeito Sandro Mabel afirmou sobre a retomada das obras no viaduto: “Abrimos o procedimento para recuperar essa obra. Fizemos todo o estudo técnico, trabalhando junto a um grupo técnico do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) e com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Precisamos

dos laudos que nos deem segurança; não podemos colocar os usuários em risco. É um processo difícil e será uma obra cara, já que vamos ter de modificar muita coisa no projeto, mas, pelo menos, vamos aproveitar os R\$ 20 milhões que já foram investidos, em vez de demolí-lo. Eu estou muito confiante que vai ser possível.”

Mais mobilidade

Após a abertura da via lateral de acesso ao viaduto, o motorista Luciano foi o primeiro a atravessar o trecho inaugurado. Em entrevista, ele afirmou: “Isso aqui era uma canseira. Graças a Deus o prefeito deu um jeito. Também, já era tempo — há muitos anos está parado. Trabalho no Bairro Goiá e pegar esse trecho todos os dias, para mim, era uma tortura. Agora vou chegar mais cedo.”

As intervenções viárias no entorno do viaduto fazem parte do conjunto de medidas para melhorar a fluidez e segurança no trânsito da Avenida

vação ambiental, e foi concluída em uma semana. A abertura da praça para novas vias trouxe maior fluidez, com os semáforos sincronizados, que resultaram em ganho de mais de 30% nos deslocamentos na região.

Além de obras em andamento, a gestão tem apostado em soluções como a Direita Livre, liberada em mais de 100 pontos na cidade, que permitem a conversão à direita mesmo com o semáforo fechado, em locais sinalizados e com respeito à travessia de pedestres, como prevê o Código de Trânsito Brasileiro. A iniciativa passou a ser usada como ferramenta para reduzir filas em cruzamentos e melhorar o fluxo, com previsão de ampliação para mais de 150 cruzamentos ao longo deste ano.

Goiânia se tornou a primeira cidade do país a implantar a metronização, sistema de inteligência artificial que dá prioridade ao transporte coletivo e reduz em até 30% o tempo de viagem dos ônibus. Na prática, a tecnologia reduz o



Via lateral foi aberta antes mesmo da conclusão total da obra



Fotos: Joabe Mendonça

Castelo Branco, um dos principais corredores de mobilidade da capital. Além das novas conexões viárias no cruzamento com a Leste-Oeste, a Prefeitura de Goiânia implementou na avenida a sincronização semafórica, conhecida como onda verde, reformou a Praça Ciro Lisita, adotou soluções como a Direita Livre, entre outras.

A intervenção na Praça Ciro Lisita, localizada entre a Rua 250 e a Avenida Castelo Branco, no Setor Coimbra, envolveu obras de mobilidade, drenagem, paisagismo e preser-

número de paradas nos semáforos e aumenta a velocidade média das viagens, saindo de cerca de 15 km/h para 20 km/h, com picos de até 25 km/h e redução de até 80% nas paradas em determinados trechos.

Outras melhorias incluem a liberação de corredores de ônibus para circulação de motos; retirada de semáforos em pontos críticos para otimizar o fluxo e reduzir congestionamentos; proibição de estacionamento e implantação de normas para carga e descarga em obras, entre outras.

ESCOLA

Indicador

Goiás perde liderança no Ideb, enquanto Goiânia alcança 2º lugar entre as capitais

Estado registra os melhores resultados de sua série histórica, mas deixa o topo do ranking nacional. Especialista alerta para foco excessivo nos indicadores pode ocultar desigualdades, problemas de aprendizagem e exclusão escolar

» Dhayane Marques

Depois de ocupar a liderança nacional nas últimas edições do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Goiás perdeu a primeira colocação no ranking de 2025. A mudança de posição, no entanto, ocorreu em um cenário de crescimento dos próprios indicadores. O estado alcançou seus melhores resultados desde a criação do índice, em 2005, com avanço nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e estabilidade no ensino médio, mantendo desempenho acima da média nacional.

Entre 2023 e 2025, a nota dos anos iniciais passou de 6,3 para 6,5; nos anos finais, de 5,5 para 5,7; enquanto o ensino médio permaneceu em 4,8. Na rede pública estadual, os índices evoluíram de 6,1 para 6,4 nos anos iniciais, de 5,4 para 5,6 nos anos finais e de 4,8 para 4,9 no ensino médio, consolidando a melhor série histórica do estado.

Para a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), os resultados refletem uma política contínua de investimentos em infraestrutura, formação docente, permanência escolar e recomposição das aprendizagens. Entre as ações destacadas, estão os programas Revisa Goiás, Bolsa Estudo, Ouvir e Acolher, distribuição de kits escolares, uniformes, Chromebooks e reformas das unidades escolares.

Ao mesmo tempo, Goiânia também apresentou avanço. A rede municipal atingiu nota 6,6 nos anos ini-



Ideb mede a qualidade da educação básica ao combinar o desempenho dos estudantes no Saeb com as taxas de aprovação escolar

ciais do ensino fundamental, o maior resultado desde a criação do indicador e suficiente para colocar a capital na segunda posição entre as capitais brasileiras. A Prefeitura atribui o desempenho ao aumento dos investimentos em infraestrutura, tecnologia educacional, formação de professores e valorização dos profissionais da educação.

Ranking não resume a qualidade da educação

Embora reconheça o avanço dos indicadores, a professora Catarina de Almeida Santos, do Departamento de Planejamento e Administração da Universidade de Brasília (UnB), avalia que o debate não deve se restringir às posições ocupadas pelos estados no ranking.

Segundo ela, o Ideb é um instrumento importante para medir resultados, mas não consegue traduzir, sozinho, a qualidade da educação ofertada.

“Precisamos romper com a ideia de que qualidade é sinônimo de índice. O índice é um resultado. Hoje, organizamos a escola em torno de provas de português e matemática, quando deveríamos organizar todo o sistema em torno da aprendizagem. O resultado deveria ser consequência desse processo, mas acabou se tornando o objetivo central das políticas educacionais”, afirma a pesquisadora.

Na avaliação da especialista, quando os indicadores passam a orientar todas as decisões, existe o risco de invisibilizar problemas estruturais que permanecem presentes na educação brasileira.

“Quando o foco passa a ser exclusivamente o índice, deixamos de olhar para o currículo, para a formação integral dos estudantes e para as condições reais de aprendizagem. A escola passa a responder a uma prova, e não necessariamente às necessidades dos alunos”, diz Catarina.

Gargalo continua no ensino médio

Mesmo com evolução dos indicadores, o ensino médio permanece como a etapa com menor desempenho em todo o país. Para Catarina, isso ocorre porque essa fase concentra os problemas acumulados ao longo de toda a trajetória escolar.

“O ensino médio é a etapa final da educação básica. Tudo aquilo que deixou de ser construído desde a educação infantil e durante o ensino fundamental chega até ele. O estudante acumula dificuldades de aprendizagem, distorção idade-série e, muitas vezes, perde o vínculo com a escola antes mesmo de concluir os estudos”, explica a pesquisadora.

Ela ressalta que melhorar os resultados do ensino médio depende, sobretudo, do fortalecimento das etapas anteriores.

“Se queremos um ensino médio melhor, precisamos investir desde a educação infantil e garantir que o estudante chegue a essa etapa na idade adequada e com aprendizagem consolidada. Não existe solução apenas no fim da trajetória escolar”, afirma.

Desigualdades permanecem fora dos indicadores

Na avaliação da professora da UnB, um dos principais limites do Ideb é que o índice não revela quem ficou pelo caminho.

Ela observa que o sistema educacional ainda convive com processos de exclusão escolar que atingem, principalmente, estudantes em situação de maior vulnerabilidade social.

“Quando olhamos apenas para o índice, deixamos de observar quantos estudantes não concluíram a educação básica, quem abandonou a escola e quais grupos continuam tendo o direito à educação negado. Esses estudantes têm endereço, classe social e território. As desigualdades continuam muito presentes”, afirma a pesquisadora.

Segundo Catarina, parte desses estudantes acaba sendo direcionada para modalidades ofertadas de maneira precária, o que contribui para mascarar parte da realidade educacional.

“O sistema cria mecanismos que afastam estudantes que podem comprometer os indicadores. Em muitos casos, eles são encaminhados para a Educação de Jovens e Adultos, frequentemente ofertada de forma precarizada. O índice melhora, mas isso não significa que o direito à educação tenha sido garantido”, diz.

Mais do que subir posições

Embora Goiás tenha deixado a liderança nacional, Catarina defende que a principal discussão não deveria ser a posição ocupada no ranking.

“A pergunta mais importante não é se Goiás ficou em primeiro ou em segundo lugar. O que precisamos discutir é se a educação oferecida consegue responder às necessidades dos estudantes e reduzir as desigualdades. O ranking, sozinho, não responde a essa pergunta”, avalia a pesquisadora.

Ela acrescenta que a permanência dos jovens na escola também depende da construção de perspectivas de futuro.

“O estudante precisa perceber sentido na escola. Quando ele não enxerga possibilidades concretas para sua vida, o desinteresse cresce. A educação precisa dialogar com os projetos de vida dos jovens e oferecer condições reais para que permaneçam estudando”, conclui Catarina de Almeida Santos.

Goiânia registra maior nota da história e conquista 2º lugar entre as capitais

Enquanto Goiás comemorou seus melhores resultados históricos, Goiânia também alcançou um marco inédito. A rede municipal de ensino obteve nota 6,6 nos anos iniciais do ensino fundamental, a maior desde a criação do Ideb, garantindo à capital goiana o segundo lugar entre as capitais brasileiras.

Segundo a Prefeitura, o resultado é consequência de

uma combinação de investimentos em infraestrutura escolar, tecnologia, valorização dos profissionais e fortalecimento das ações pedagógicas.

Entre as iniciativas destacadas estão os repasses do Programa de Autonomia Financeira das Instituições Educacionais (Pafie), que somaram R\$ 222 milhões em 2025 e R\$ 107,4 milhões no primeiro quadrimestre de

2026, destinados diretamente às escolas para reformas, ampliações e melhorias.

A rede também recebeu 15 mil tablets, aproximadamente 1,5 mil lousas digitais e laboratórios makers, além da manutenção do pagamento do piso nacional dos professores, oferta de formação continuada e premiações para profissionais da educação.

Outro indicador que reforça o avanço foi o Índice Criança Alfabetizada (ICA). O percentual de estudantes alfabetizados na idade certa subiu de 69% para 80% entre 2024 e 2025, atingindo a meta estipulada pelo Ministério da Educação para 2030.

Para dar continuidade aos resultados, a administração municipal lançou o Compromisso Público Edu-

ca Mais Goiânia, elaborado em parceria com o Centro Lemann, que estabelece 93 metas até 2028. Entre os objetivos estão ampliar vagas em creches, expandir a educação integral, modernizar a infraestrutura das escolas, fortalecer a inclusão e elevar os indicadores de aprendizagem da rede municipal.

Compromisso

93 metas, quatro anos e o desafio de transformar a educação de Goiânia

Plano estabelece metas para ampliar vagas, elevar a aprendizagem e modernizar a rede municipal; cumprimento dos objetivos será o principal teste da política educacional

» Dhayane Marques

A educação costuma ser um dos temas mais presentes nos discursos de campanha, mas nem sempre as promessas se transformam em compromissos mensuráveis. Ao lançar o Educa+ Goiânia, a Prefeitura de Goiânia deu um passo diferente: reuniu em um único documento 93 metas que deverão orientar a política educacional do município até 2028, estabelecendo indicadores, prazos, responsáveis e mecanismos de monitoramento.

Mais do que um plano administrativo, o documento representa uma tentativa de institucionalizar uma política pública baseada em evidências. A proposta envolve desde a expansão das vagas em creches até a universalização da conectividade nas escolas, passando pela alfabetização na idade certa, ampliação da educação integral, valorização dos profissionais, fortalecimento da inclusão e gestão orientada por dados.

A elaboração de um plano com metas mensuráveis busca enfrentar um problema recorrente da administração pública brasileira: a distância entre o planejamento formal e a execução das políticas públicas. Na educação, é comum que programas sejam anunciados sem indicadores claros, prazos definidos ou mecanismos que permitam avaliar seu cumprimento.

O Educa+ Goiânia procura reduzir essa lacuna ao estabelecer metas, indicadores e instrumentos de monitoramento para a política educacional até 2028. O documento prevê acompanhamento periódico, definição de responsabilidades e prestação de contas à sociedade.

A existência desses mecanismos, contudo, não garante, por si só, a efetividade da política pública. O resultado dependerá da capacidade da gestão de executar as ações previstas, assegurar recursos financeiros, manter o monitoramento ao longo dos quatro anos e tornar públicos os avanços e eventuais dificuldades. É

justamente nesse processo que será possível avaliar se o plano permanecerá como um instrumento de planejamento ou se produzirá impactos concretos na aprendizagem, na redução das desigualdades e na qualidade da educação municipal.

Do diagnóstico às metas

O ponto de partida do plano é um diagnóstico otimista da rede municipal.

O lançamento do Educa+ Goiânia foi acompanhado pelo discurso de que a gestão pretende substituir promessas por compromissos mensuráveis. Ao apresentar o plano, o prefeito Sandro Mabel afirmou que as metas representam uma mudança na forma de administrar a educação municipal. “Metas são o que buscamos todos os dias, e o vento nunca sopra a favor de quem não sabe aonde quer ir. (...) São metas que buscam uma excelência na Educação. Sem objetivos claros, você não melhora”, declarou.

Com a divulgação do Ideb 2025, a rede municipal voltou a elevar a nota nos anos iniciais, reforçando a trajetória de crescimento da aprendizagem. A Prefeitura atribui o desempenho aos investimentos em infraestrutura e gestão pedagógica, com destaque para os repasses do Programa de Autonomia Financeira das Instituições Educacionais (Pafie), que destinou R\$ 222 milhões em 2025 e outros R\$ 107,4 milhões no primeiro trimestre de 2026 diretamente às escolas para reformas, ampliações e melhorias. Segundo a administração municipal, a autonomia na aplicação desses recursos permite que cada unidade priorize suas necessidades e fortaleça as condições de ensino e aprendizagem.

Outro indicador utilizado para justificar o novo plano são os resultados do SAEGO Alfa, que mostram crescimento da aprendizagem entre 2023 e 2025, especialmente no 2º ano do Ensino Fundamental, etapa considerada decisiva para a alfabetização.

A partir desse cenário, a Prefeitura decidiu estabelecer um planejamento que não apenas preserve os avanços

obtidos, mas também enfrente desafios históricos da rede, principalmente relacionados às desigualdades educacionais.

A construção do plano contou com apoio do Centro Lemann de Liderança, organização que atua no desenvolvimento de políticas educacionais em municípios brasileiros. Para a diretora-executiva da instituição, Anna Penido, a definição de metas públicas representa um compromisso que ultrapassa a atual gestão.

“Quero chamar a atenção para a importância desse ato que, com muita honestidade e com ambição, estabeleceu metas para o final desta gestão. A notícia que eu quero poder dar para o país é de que Goiânia, a partir de um compromisso assumido coletivamente, transformou a educação, transformou a vida das crianças que mais precisavam e se tornou realmente um grande exemplo”, afirmou.

Planejamento não garante resultados

Embora a existência de metas seja considerada um avanço administrativo, especialistas em gestão pública costumam lembrar que um plano, por si só, não melhora indicadores.

A secretária municipal de Educação, Giselle Faria, afirmou que a proposta busca estabelecer uma gestão baseada em acompanhamento permanente. “Com metas claras, monitoramento periódico, transparência, prestação de contas, os resultados poderão orientar decisões pedagógicas, administrativas e orçamentárias. Não estamos anunciando aquilo que pretendemos fazer, estamos tornando público aquilo pelo qual queremos ser reconhecidos e responsabilizados”, disse.

A eficácia depende de fatores como financiamento, continuidade administrativa, capacidade técnica da rede e monitoramento permanente.

O próprio Educa+ Goiânia reconhece essa necessidade ao afirmar que a política educacional será sustentada por acompanhamento contínuo, uso de indicadores, transparência e prestação de contas.

Outro aspecto relevante é que boa parte das



Foto: SME Goiânia

Plano da Prefeitura de Goiânia define objetivos para a educação até 2028.

metas envolve mudanças estruturais.

Expandir vagas na educação infantil exige novas unidades, contratação de profissionais e financiamento contínuo. A ampliação da educação integral demanda reorganização das escolas, aumento do quadro docente e investimentos permanentes. Já a universalização da conectividade pressupõe manutenção tecnológica, formação de professores e atualização constante dos equipamentos.

São objetivos que extrapolam a simples definição de indicadores.

O desafio da continuidade

Historicamente, um dos principais problemas das políticas educacionais brasileiras é a descontinuidade entre gestões. Mudanças administrativas frequentemente interrompem programas, alteram prioridades e dificultam o cumprimento de planejamentos de médio prazo.

Nesse contexto, um documento público com metas detalhadas pode funcionar como instrumento de cobrança da sociedade, permitindo acompanhar quais compromissos foram efetivamente cumpridos até 2028.

O plano também prevê monitoramento sistemático, indicadores de desempenho, cronogramas e mecanismos de governança para acompanhar a execução das ações. Essa estrutura aproxima o documento das práticas de planejamento estratégico utilizadas em redes de ensino que apresentam melhores resultados no país.

Equidade como prioridade

Um dos conceitos mais recorrentes ao longo do documento é a equidade. Em vez de tratar todas as escolas da mesma maneira, o Educa+ Goiânia propõe identificar estudantes e territórios com maiores dificuldades para direcionar ações específicas.

Essa lógica aparece no Projeto Farol da Equidade, iniciativa que utiliza dados educacionais para monitorar estudantes que necessitam de maior

apoio pedagógico e orientar intervenções individualizadas.

O plano também estabelece como prioridades a expansão da educação infantil, a recomposição das aprendizagens, o fortalecimento da educação especial inclusiva e a ampliação da educação integral, especialmente em áreas socialmente mais vulneráveis.

Tecnologia como ferramenta, não como solução

Outro eixo importante do documento é a modernização tecnológica. A Prefeitura prevê ampliação do uso de tablets, chromebooks, notebooks, lousas digitais e conectividade nas unidades escolares.

A experiência de diversas redes brasileiras mostra, contudo, que equipamentos isoladamente não transformam a aprendizagem. Seu impacto depende da formação docente, do uso pedagógico e da integração da tecnologia ao currículo.

O próprio plano procura combinar inovação tecnológica com acompanhamento pedagógico e gestão baseada em evidências, evitando tratar a digitalização como solução única.

Prestação de contas será principal teste

Talvez o maior mérito do Educa+ Goiânia esteja menos nas metas anunciadas e mais na decisão de torná-las públicas. Ao divulgar objetivos, indicadores e mecanismos de avaliação, a Prefeitura cria parâmetros objetivos para que a população acompanhe o desempenho da gestão.

Nos próximos anos, o debate deixará de ser apenas sobre intenções e passará a considerar resultados concretos: quantas vagas foram criadas, quantas crianças foram alfabetizadas no tempo esperado, quanto avançou a educação integral e quais indicadores efetivamente melhoraram.

O sucesso do plano dependerá justamente dessa capacidade de transformar um documento técnico em mudanças perceptíveis dentro das salas de aula.



Herivelto Nunes
herivelto.nunes.57@outlook.com

Neymar continua "menino", mas só no comportamento

Depois de uma passagem pífia pela Copa do Mundo de 2026, Neymar, de 34 anos, voltou ao Santos e continua alimentando polêmicas em seu final de carreira. O jogador não viajou para Belém com a delegação santista. Ficou para prestigiar um evento em sua Fundação, que beneficia muitos necessitados. Do ponto de vista assistencial, excelente, mas como profissional muito bem remunerado pelo Santos, não foi muito correto.

Neymar acabou viajando em seu jato particular e chegou em condições de ser incorporado ao elenco e participar do jogo contra o Remo. O técnico Cuca não gostou da atitude do atleta, mesmo tendo sido liberado pela diretoria. Deixou o craque na reserva, mas precisou co-

locá-lo em campo porque o time santista estava sendo dominado pelo adversário. Neymar entrou e deu a assistência para o único gol da partida, o gol da vitória do Santos contra o Remo. Na saída do campo, Neymar ouviu xingamentos da torcida e se envolveu em discussões com dirigentes do Remo na saída do gramado. Neymar fez um bate-volta relâmpago, indo para Belém e voltando para São Paulo em seu jato particular, logo após a partida.

Beijos para a esposa do torcedor - Neymar mandou um beijo para a esposa de um torcedor do Remo no Estádio Mangueirão, em Belém, logo após a vitória do Santos por 1 a 0, que garantiu a classificação do clube paulista para as quartas de final da Copa

do Brasil. Alvo de vaias intensas durante os minutos em que esteve em campo, o camisa 10 santista decidiu responder às provocações vindas da arquibancada, com deboche antes de descer para o vestiário. O momento exato em que o craque rebate as provocações das arquibancadas com gestos irônicos pode ser assistido no vídeo compartilhado nas redes sociais.

Enquanto caminhava em direção à saída do gramado sob fortes xingamentos, Neymar encarou um torcedor remista específico e começou a mandar beijos e sorrir de forma provocativa. De acordo com especialistas em leitura labial divulgados pela CNN Brasil, o atleta disparou textualmente: "Um beijo para ela, para a sua mulher. É para a sua mulher. Vem aqui



Neymar se envolve em confusão em Belém

embaixo, pode vir". Além da fala irônica sobre a companheira do rival, o jogador fez gestos de coração com as mãos e chamou o homem para tirar satisfação mais de perto.

Ainda no aquecimento, Neymar foi xingado por torcedores do Clube do Remo e respondeu com acenos. Após a classificação do time santista, ele ironizou os gritos da torcida em suas redes sociais com a frase: "Obrigado pelo carinho

Belém". O camisa 10 também protagonizou um princípio de confusão e bate-boca com comissão técnica e dirigentes do Clube do Remo na zona mista do estádio. Neymar, com 34 anos, já deveria ter o controle emocional capaz de vivenciar essas crises sem se envolver com os críticos. Responder e aparecer na mídia em descontrole emocional é o que eles mais querem ver. Só Neymar ainda não entendeu isso.

Depois da Copa, piora o nível técnico do futebol brasileiro

O retorno dos torneios nacionais após a Copa do Mundo de 2026 acentuou críticas sobre a queda de nível dos espetáculos do futebol brasileiro, com reclamações recorrentes sobre excesso de simulações, foco em reclamações com a arbitragem e desgaste físico e mental dos atletas. Jogadores e comissões técnicas aparentam maior preocupação em pressionar a arbitragem e pedir cartões do que em manter o fluxo do jogo. A sobrecarga de partidas e a pulverização de horários geram desgaste físico e dificultam a manutenção de uma alta intensidade técnica.



Itumbiara com três representantes na terceira divisão do campeonato goiano

A eliminação precoce da seleção brasileira nas oitavas de final da Copa gerou um ambiente de apatia e forte cobrança estética sobre o rendimento geral do espor-

te no país. A verdade é que o torcedor brasileiro quer ver um futebol diferente no Brasil. O modelo atual fracassou na Copa do Mundo dos Estados Unidos/México e Cana-

dá. Mas os dirigentes da CBF ainda não se manifestaram na direção das mudanças que o Brasil espera. Nada ainda foi feito para mudar o atual estágio do futebol brasileiro e, mesmo quando as mudanças forem propostas, os resultados chegarão somente a médio e longo prazos. Não adianta querer ver agora, no atual campeonato brasileiro das séries A, B, C e D, um futebol diferente, pelo contrário, o que se vê no momento é uma decadência ainda maior do que existia antes da Copa. É preciso começar a propor mudanças, mas isso até o momento não aconteceu.

Goiás está no mercado, mesmo com o Transfer Ban

A diretoria do Goiás deu carta branca para o diretor de futebol Michel Alves ir ao mercado em busca de atacantes para reforçar o time no segundo turno do campeonato brasileiro da série B. O Transfer Ban, imposto pela Fifa em função das negociações envolvendo o volante Jhonny Lucas, será resolvido até a próxima semana, afirma um dirigente esmeraldino. É o tempo suficiente para os reforços serem contratados, fazerem exames médicos e iniciarem os treinamentos junto ao elenco de profissionais.

O Goiás quer mais uma opção de ponta para o elenco, mas também pretende contratar um novo centro-avante, já que nem Anselmo Ramon nem Kadu Mineiro não resolveram o problema da falta de gols no alviverde. O primeiro reforço já foi contratado e registrado na CBF. O lateral Marcos Vinícius, que estava na Chapecoense, já está treinando e pode ser escalado pelo técnico Mozart Santos. O Goiás não vai contratar grande quantidade de jogadores, como fizeram os dois rivais da capital.

O clube pretende contar em breve com a volta do goleiro Tadeu, do meia Wellington Rato e do volante Lucas Rodrigues. Com esses jogadores e os atacantes que serão contratados em breve, a direção do Verdão entende que o time estará pronto para buscar uma vaga na elite do futebol brasileiro para 2027. O Goiás está se preparando com o técnico Mozart Santos visando a partida da próxima segunda-feira contra o Londrina no estádio Hailé Pinheiro, jogo marcado para às 19h30 hs. Para



Fabinho, do Coritiba, está no radar do Goiás

este compromisso, provavelmente Wellington Rato e Lucas Rodrigues apareçam como opções para o técnico Mozart Santos.

✓ O Goiás está entre os clubes interessados na contratação do atacante Fabinho, do Coritiba. O jogador foi sondado também pelo Ceará, Sport, Náutico, Criciúma e CRB. Não há informação se o Goiás encaminhou alguma proposta para ter o jogador.

✓ O Atlético Goianiense não para de contratar. Acertou a vinda do lateral direito Warley Leandro, que estava no futebol europeu. O jogador, de 26 anos, será o 10º reforço da equipe nesta janela de transferências.

✓ Se vencer o Londrina na segunda-feira, o Goiás vai a 32 pontos e pode até entrar no G6. Mas um resultado negativo pode representar um distanciamento perigoso dos primeiros colocados.

✓ O Vila está prestes a cumprir a meta de contratação de reforços para o técnico Guto Ferreira tentar o acesso à elite do futebol brasileiro em 2027. Já foram contratados seis jogadores, mas o clube deve trazer ainda um atacante que atue pelos lados, completando elenco para a temporada.

✓ A cidade de Itumbiara terá três representantes na 3ª Divisão do campeonato goiano, que será realizada entre os dias 11 de outubro e 22 de novembro de 2026, com sete datas disponíveis para a disputa.

✓ A cidade da fronteira terá o Atlético Itumbiara, o tradicional e campeão goiano Itumbiara e o Real Clube. Morrinhos, Ipameri, Rio Verde e Luziânia também terão representantes na competição.